

# I FESTIVAL DO TRF LITERÁRIO

em comemoração do Dia Nacional do Livro

## 1ª Região

2012

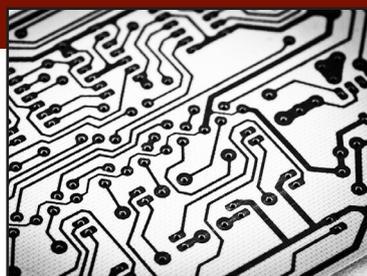


**Iniciativa voltada ao incentivo à leitura movimenta TRF e promove debate com grandes nomes da literatura brasileira**



### INTEGRAÇÃO

Portal é implementado em toda a 1.ª Região



### ESPECIAL

TRF considera clandestina atividade de provedor de internet sem autorização da Anatel



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

e-Cint Sistema de Citação e Intimação Eletrônica

## Novo Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



e-Cint

Acesse o endereço eletrônico <http://www.trf1.jus.br/ecint/>  
e conheça a nova página do sistema

CPF \*

Senha \*

\* Preenchimento obrigatório

Acessar

Lembrar senha

### Como ter acesso ao e-Cint?

**Autor ou Advogado particular:** Encaminhe-se à uma seção judiciária portando seu CPF para assinar o termo de adesão e [solicitar](#) seu acesso.

**Entidade pública:** Solicite à COJEF o cadastro do procurador responsável pela entidade, que no e-Cint é o administrador master.

**Advogado de entidade:** Solicite seu acesso ao procurador responsável pela sua entidade, o administrador master.

Manual 

## Ao leitor

Neste mês, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região embarcou seus magistrados, servidores e colaboradores numa inesquecível viagem pelo mundo da literatura, durante duas semanas, em um feito inédito que reuniu personalidades destacadas no meio literário e educacional. O I Festival Literário do TRF da 1.ª Região (Flit) foi uma iniciativa da Divisão de Biblioteca da Casa, unidade que vem se empenhando ao longo dos anos em fomentar o interesse pela leitura e proporcionar aos usuários novas alternativas de acesso aos livros. Com o apoio da Administração da Corte, o público pôde usufruir de rica programação, com palestras, narração de histórias, brinquedoteca, exposição e projeção de filmes. Acompanhado de perto pela equipe de reportagem da Assessoria de Comunicação Social, o evento resultou nesta rica reportagem especial que a Primeira Região em Revista traz para você, nesta edição. Mais que registrar a programação, o repórter Ricardo Cassiano foi além e ouviu grandes nomes que abrilhantaram o evento, pessoas que participaram dos bastidores e os principais beneficiados: servidores e colaboradores do Tribunal.

Entre outros temas de interesse do leitor da revista, destacamos, também, a instalação da Subseção Judiciária de Tucuruí, no Pará, e da segunda vara da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, em Rondônia. Acompanhe os detalhes das solenidades e as expectativas de quem assumirá os trabalhos das novas varas.

As metas do Judiciário para 2013 também estão tratadas nesta edição, resultado do Encontro Nacional do Poder Judiciário, que aconteceu em Recife/ PE neste mês. O tema é também o ponto central da entrevista com o diretor-geral do TRF, Roberto Elias Cavalcante, que esteve presente ao encontro, ao lado do presidente Mário César Ribeiro, do corregedor regional Carlos Olavo e do desembargador federal Ítalo Mendes. Além de analisar as metas estabelecidas, o balanço das metas já cumpridas dará uma visão geral da situação do Tribunal perante os objetivos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

E tem mais novidades: as seccionais já estão trabalhando com novo portal e o momento agora é de adequação e ajustes para operar em plataforma unificada em toda a Região. Veja também um balanço da Semana Nacional de Conciliação. O coordenador do Sistcon, desembargador federal Reynado Fonseca, avalia a participação da Primeira Região no projeto.

Viaje conosco pelas páginas da revista.

Boa leitura!

Ivani Morais  
Chefe da Assessoria de Comunicação Social  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

MÁRIO CÉSAR RIBEIRO - Presidente  
DANIEL PAES RIBEIRO - Vice-Presidente  
CARLOS OLAVO - Corregedor Regional

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO  
CATÃO ALVES  
JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
OLINDO MENEZES  
TOLENTINO AMARAL  
CÂNDIDO RIBEIRO  
HILTON QUEIROZ  
CARLOS MOREIRA ALVES  
ITALO MENDES  
JOSÉ AMILCAR MACHADO  
JOÃO BATISTA MOREIRA  
SOUZA PRUDENTE  
SELENE ALMEIDA  
MARIA DO CARMO CARDOSO  
LEOMAR AMORIM  
NEUZA ALVES  
FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
REYNALDO FONSECA  
ÂNGELA CATÃO  
MÔNICA SIFUENTES  
KASSIO MARQUES  
NÉVITON GUEDES  
NOVÉLY VILANOVA

### Diretor-geral da Secretaria:

Roberto Elias Cavalcante

### Secretário-geral da Presidência:

Paulo Cardoso de Oliveira

### Conselho Editorial:

Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais  
(Reg. Prof. DF 2747)  
Supervisora da Seção de Produção de Jornal – Marcela Correia  
(Reg. Prof. DF 6672)  
Supervisora da Seção de Produção de Audiovisual – Ramon Pereira  
Supervisora da Seção de Imprensa – Martha Hormann

### Editora-Chefe

Ivani Morais

### Editora-Executiva

Marcela Correia

### Redatores

Camilla Andrade, Eliane Wirthmann, Euvaldo Pinho, Ivani Morais  
(Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Mara Bessa,  
Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Ricardo  
Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Sônia Martins e Thainá Salviato (Reg.  
Prof. DF 7686)

### Estagiários

Bruno Bandeira e Luiza Novetti

### Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções  
Judiciárias da 1.ª Região

### Revisão

Mara Bessa e Robson Taylor

### Editoração

Jordânia J. Alves

### Fotos

Beto Nociti, Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Luiz Xavier,  
Mauro Putini, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

### Chapas CTP

Total Gráfica e Editora Ltda.

### Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

### Tiragem

1.000 exemplares  
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

### Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

### Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores  
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3  
CEP: 70095-900  
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985  
e-mail: ascom@trf1.jus.br



12 | Capa

I Festival Literário: o valor da leitura em evidência no Tribunal

## Acesse www.trf1.jus.br

Acesse



Portal do TRF1



Consulta processual da Primeira Região



Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



Sistema de Petição Eletrônica

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)- - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- . . v.

Mensal  
Publicada também *on line*  
Continuação de: Revista Destaque  
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



## 40 Paineis

Inaugurada Subseção de Tucuruí/PA



## 60 Por aí

Nos caminhos de Avignon, na França



## 64 Saúde

Glaucoma: fique de olho nos sintomas da doença

### 6 Entrevista

Diretor-geral do TRF/ 1.<sup>a</sup> Região, Roberto Cavalcante, fala das metas estipuladas para a Justiça Federal em 2013 durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário

### 34 Conciliação

Conheça os resultados da Semana Nacional de Conciliação na 1.<sup>a</sup> Região

### 37 Capacitação

Servidores fazem treinamento sobre atualização do Siafi

### 58 Campanha

Tribunal realiza campanha de doação de sangue

### 56 Artigo

Ação Civil de Extinção de Domínio *in rem*.

\*Por André Prado de Vasconcelos, juiz federal e vice-diretor do foro de Minas Gerais

### 58 Panorama Primeira Região

Um giro pelas decisões judiciais das Seções e Subseções Judiciárias



RAMON PEREIRA

## Diretor-geral, Roberto Elias Cavalcante, faz um balanço do trabalho desenvolvido em 2012 e fala de suas expectativas para 2013

▀ JAIR CARDOSO

Desde 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reúne os presidentes dos tribunais do País para, juntos, estabelecerem metas a serem cumpridas pelo Poder Judiciário em benefício do cidadão, do jurisdicionado. Em 2012, na capital sergipana, foi realizada a sexta edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário. Na ocasião, foram estabelecidas 19 metas, das quais oito devem ser cumpridas pela Justiça Federal.

Entre as metas estabelecidas, destacam-se as metas 1 e 2. A primeira determina que os tribunais brasileiros terão de julgar uma quantidade maior de processos de conhecimento em 2013 em relação ao número de ações que ingressarem no mesmo ano. Em 2012, esta meta foi cumprida pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Um exemplo disso são os números obtidos pela Sétima Turma do Tribunal que, neste ano, teve pouco mais de 19 mil processos distribuídos, e julgou 21,6 mil.

Outra meta importante estabelecida durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário determina que a Justiça Federal deverá implementar a gestão por processos em 100% das turmas recursais. Em 2012, o TRF da 1.ª Região conseguiu implementar a gestão por processos em 50% das turmas recursais, o que comprova que o Tribunal está engajado em proporcionar melhores condições de trabalho a magistrados e servidores, bem como garantir ao jurisdicionado o pleno acesso à Justiça.

O TRF da 1.ª Região também se destacou em 2012 pelo trabalho desenvolvido nos mutirões de conciliação. Prova disso é que mais uma vez o Tribunal foi premiado pelo CNJ como o tribunal que mais celebrou acordos durante a sétima edição da Semana Nacional de Conciliação. E os números de fato impressionam. De janeiro para cá, mais de 95 mil acordos foram celebrados, superando a marca obtida em 2011, quando 88 mil acordos foram homologados.

Sobre os resultados obtidos pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região em 2012, nossa equipe conversou com o diretor-geral do Tribunal, Roberto Elias Cavalcante. Na entrevista, Cavalcante faz um balanço de 2012, destaca pontos positivos e negativos do trabalho desenvolvido e relata quais são suas expectativas para 2013.

**Nos dias 5 e 6 de novembro foi realizado, em Aracaju, o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário. No evento, foram estabelecidas as metas do Judiciário para 2013. Como o senhor avalia o evento e quais suas expectativas quanto ao cumprimento, pelo TRF da 1.ª Região, das metas para o próximo ano?**

O evento que reúne anualmente os presidentes, corregedores e membros de todos os tribunais brasileiros, com fim único de avaliar o desenvolvimento do planejamento estratégico nacional e definir quais ações prioritárias a serem perseguidas, a meu ver é de extrema importância para o jurisdicionado, magistrados e servidores do Judiciário, pois identifica as diretrizes básicas em que se deve pautar a gestão do Tribunal.

Quanto ao cumprimento pelo TRF da 1.ª Região das metas estipuladas para 2013, cujo objetivo maior é o de modernizar a Justiça e melhorar a prestação de serviços ao cidadão, acredito, firmemente, que o Tribunal se esforçará ao máximo para cumpri-las, pois percebo imenso empenho de todas as áreas do TRF na busca da eficiência operacional e no sentido de apoiar nossos incansáveis magistrados no exercício da prestação jurisdicional.

É de se observar que temos como grande expectativa o cumprimento, ainda no início do ano de 2013, das recomendações específicas à Justiça Federal, no sentido de “engajar a alta administração e colaboradores com a estratégia” e a de “elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia”.

**Em 2011, por meio da Portaria 44, o CNJ instituiu a Comissão Nacional de Metas para facilitar a interlocução dos tribunais com o CNJ e as Subcomissões. O desembargador I'talo Mendes e o juiz federal Marcos Augusto de Sousa são os representantes do TRF/1.ª. Quais foram os efeitos práticos dessa medida? A interlocução foi facilitada? De que forma?**

O efeito prático percebido dessa medida é que o TRF/1.ª passou a ser representado por um dos desembargadores da Corte, altamente qualificado e conhecedor profundo da justiça federal, fato que subsidia melhor o direcionamento dos trabalhos estratégicos para o Tribunal junto à subcomissão de metas nacionais do CNJ. Com certeza a interlocução foi facilitada, pois se evidencia uma linguagem única nas propostas a serem desenvolvidas e a busca coletiva por melhorias de áreas de especialização similares para a justiça federal.

**Em 2012, mais uma vez, o TRF da 1.ª Região recebeu o prêmio Conciliar é Legal pelo maior número de acordos realizados durante a 7.ª Semana Nacional de Conciliação. Para 2013, uma das metas estipuladas para a Justiça Federal (Meta 5) é justamente realizar mais audiências de conciliação do que neste ano. Como o senhor avalia essa meta? O TRF está preparado para superar os números de 2012 em 2013?**

Foi com extrema alegria que o Tribunal recebeu o prêmio Conciliar é Legal, mérito do trabalho incansável



**É de se observar que temos como grande expectativa o cumprimento, ainda no início do ano de 2013, das recomendações específicas à Justiça Federal, no sentido de engajar a alta administração e colaboradores com a estratégia**





de todos os membros participantes do nosso Sistema de Conciliação, atualmente coordenado pelo desembargador Reynaldo Fonseca. Avalio esta meta com especial atenção, pois entendo que ela retrata uma vitória no mundo de tantos conflitos, ao conseguir trazer a paz e o entendimento social mediante a conciliação. De fato, deve-se sempre permitir a abertura de caminhos para estas realizações que finalizam os conflitos e ajudam na solução da justiça.

O TRF da 1.ª Região está envidando esforços concentrados para a superação dos números de 2012, porém acrescento que a Meta 5 da Justiça Federal/2013/CNJ contempla também a realização de demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em maior número do que a do ano anterior; assim entendo que será viável a concretização desta meta pelo Tribunal que tem se destacado com bastante notoriedade nesta área.

**Outra meta estabelecida para a Justiça Federal em 2013 é implementar a gestão por processos de trabalho em 100% das turmas recursais. Quais são as principais ações desenvolvidas pelo TRF para a melhoria do trabalho desempenhado pelas turmas recursais? E quais são os projetos do Tribunal para que esta meta seja cumprida?**

Nossa área de planejamento estratégico está desenvolvendo trabalho em conjunto com a Coordenadoria dos

Juizados Especiais Federais e com o Conselho de Justiça Federal, mas adianto que possuímos um trabalho minucioso de fluxo de processos de trabalho, inclusive possuímos regimento interno com descrição detalhada dos procedimentos relativos às turmas recursais, fato que acelera o cumprimento desta meta pelo TRF da 1.ª Região.

Quanto aos projetos, este tema demanda estudo e desenvolvimento organizacional, pois, embora tenha ocorrido criação de novas turmas recursais recentemente, não foi observada pela lei a necessidade primordial de estrutura funcional para as mesmas, ou seja, não houve criação de cargos de servidores e funções para as novas turmas recursais. Neste ponto há projeto em desenvolvimento junto ao CJF que está sensível a esta realidade dos tribunais regionais.

**Com relação às metas estabelecidas para 2012, dados estatísticos comprovam que o TRF da 1.ª Região cumpriu bem sua parte. Como o senhor avalia essa questão?**

Quanto à situação das metas estipuladas para 2012, entendo que o TRF/ 1.ª cumpriu a totalidade delas. No entanto, aguardamos a consolidação dos dados estatísticos ainda necessários à confirmação desta assertiva, daí poderemos comemorar o cumprimento de todas elas. Para se ter uma ideia do panorama da situação do Tribunal em 2012, a Meta 1, que visava julgar quanti-

dade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012, está apenas aguardando consolidação dos dados estatísticos para janeiro/13; a Meta 2, que orientava julgar, até 31/12/2012, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007 na Justiça Federal e dos processos distribuídos de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais, está integralmente cumprida; assim como a Meta 3, que objetivava tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça. A Meta 4, que dizia para constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação (Recomendação CNJ 38), e a Meta 5, cuja orientação era implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento, também estão cumpridas. A Meta 10, que estabelecia designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011),

também está apenas aguardando consolidação dos dados estatísticos para janeiro/13; e a Meta 11, que falava da implementação da gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais, está devidamente cumprida.

**O combate ao crime de improbidade administrativa está em evidência. Diariamente, a mídia noticia casos envolvendo gestores públicos. Uma das metas para 2013 é identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações sobre o tema distribuídas até 31/12/2011. Como o TRF/ 1.<sup>a</sup> pretende cumprir essa meta? O que tem sido feito pelo Tribunal para identificar e julgar esse tipo de crime?**

Como se observa, este tema “combate ao crime de improbidade administrativa” é de extrema relevância social e institucional, e a gestão administrativa judicial deve ser respaldada sempre pela legalidade absoluta. Este caminho é irrefutável, para tanto este TRF tem se



BETONCITI



Foi com extrema alegria que o Tribunal recebeu o prêmio Conciliar é Legal, mérito do trabalho incansável de todos os membros participantes do nosso Sistema de Conciliação, atualmente coordenado pelo desembargador Reynaldo Fonseca.



posicionado pelo fortalecimento das práticas administrativas nos termos orientados pelo Conselho de Justiça Federal e pela Corregedoria Nacional de Justiça, além da constante análise das secretarias de Controle Interno, de Administração e de Orçamento.

No campo judicial, o TRF da 1.<sup>a</sup> Região irá planejar suas ações para 2013 no sentido de cumprir a meta : “identificar e julgar, até 31/12/13, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/11”, devendo também juntar-se ao CNJ nas parcerias a serem realizadas entre os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, com objetivo de aperfeiçoar e alimentar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

**Como o senhor avalia o trabalho desempenhado por magistrados e servidores do TRF para o cumprimento das metas estabelecidas para este ano? E quais são suas expectativas para 2013?**

Os magistrados da 1.<sup>a</sup> Região são extremamente sobrecarregados em suas atividades jurisdicionais, a maioria exerce funções cumuladas; temos peculiaridades estruturais e organizacionais únicas; existe atualmente a lacuna de mais de 30% de cargos de juizes não providos, deficiência e atraso no sistema informatizado do Tribunal; demanda judicial que abrange mais de 82% da jurisdição federal bra-

sileira e, mesmo assim, defronto com esforços homéricos dos magistrados no sentido de prestarem a jurisdição.

Da mesma forma, vislumbro que os servidores não se distinguem da realidade dos magistrados, pois os acompanham diuturnamente neste labor operoso da justiça federal. Entendo que todos se empenham o máximo possível nesta jornada, portanto, acredito firmemente no engajamento de todos para o cumprimento das metas de 2013 estabelecidas pelo CNJ.

**Além das metas, o VI Encontro do Poder Judiciário traz algumas recomendações para 2013, entre elas, a necessidade da definição de uma política de comunicação integrada para o Poder Judiciário. Como o senhor avalia o trabalho desenvolvido pelo TRF da 1.<sup>a</sup> Região na área comunicacional em 2013? E como o Tribunal pretende atender a essa recomendação?**

A equipe de Planejamento estratégico do Tribunal deu início aos estudos necessários para respaldar o cumprimento das recomendações pautadas pelo CNJ no último encontro nacional do Poder Judiciário, inclusive para proposição de uma minuta de plano de ação à Presidência e posterior apresentação aos membros da Corte, em adiantamento à definição da normatização da política de Comunicação Social para o Poder Judiciário para preservação da autonomia dos tribunais, pelo pleno do CNJ, conforme relatório do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário realizado neste mês de novembro. ■

# Por amor à leitura

COM FOCO NO INCENTIVO À LEITURA, PRIMEIRO FESTIVAL LITERÁRIO REALIZADO PELO TRIBUNAL ATRAI IMPORTANTES NOMES DO CENÁRIO NACIONAL E MOBILIZA MAGISTRADOS, SERVIDORES, PRESTADORES DE SERVIÇO E ESTAGIÁRIOS DA CASA



Desembargador federal Néviton Guedes faz abertura do festival, no Salão Nobre

RICARDO CASSIANO

Planejar uma boa viagem pode ser um desafio. Selecionar o destino, pesquisar as passagens, decidir o que levar, o que deixar, pegar a estrada ou decolar, e estar disposto a tirar o máximo proveito, demandam tempo e preparação. Mas há certas viagens, aos cantos mais extremos do planeta, ou além dele, que dispensam toda essa liturgia. O caminho é mais curto; o trajeto igualmente interessante. Para iniciar o percurso basta uma simples atitude: abrir um livro e mergulhar em um mundo pronto para ser explorado. “É viajar sem precisar de passaporte”.

A citação foi umas das tantas feitas por nomes ilustres da literatura brasileira durante o I Festival Literário realizado pelo TRF da 1.ª Região, entre os dias 24 de outubro e 6 de novembro. Nossa viagem por esse evento inédito no Tribunal começa agora, com direito a roteiros paralelos para explorar algumas facetas deste maravilhoso universo chamado literatura.

Tudo começou com a boa ideia da diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib), Márcia Mazo Santos, de realizar um evento em comemoração do Dia Nacional do Livro, celebrado em 29 de outubro. Por sugestão da servidora Marília de Souza Mello, supervisora da Seção de Referência e Atendimento ao Usuário (Sereu) da Biblioteca, e com apoio da Administração do Tribunal, o projeto ganhou a forma de festival. Durante nove dias, os



Senador Cristovam Buarque

RAMON PEREIRA



FOTOS: MAURO PUTINI



Márcia Mazo Santos, diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib), na abertura do evento

espaços do Edifício-Sede I do TRF, em Brasília, receberam representantes de peso da literatura contemporânea, que ministraram palestras sobre a importância da leitura, e foram palco de uma programação variada, com narração de histórias, brinquedoteca, exposição e filmes. “Nosso maior objetivo é incentivar a leitura entre magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários. Não há como prestar serviço jurisdicional de qualidade sem o acesso adequado e organizado à informação e ao conhecimento jurídico e doutrinário”, resumiu Márcia Mazo.

A programação foi aberta pelo desembargador federal Néviton Guedes, no dia 26 de outubro, com o ciclo de palestras sobre o valor da leitura. “Hoje em dia, temos acesso a muitas informações pela internet. Mas muita informação não caracteriza muito conhecimento. Por isso é importante o incentivo à leitura”, afirmou o magistrado. Em três dias alternados, seis convidados dividiram, gratuitamente, seus conhecimentos e suas experiências com o público, no Salão Nobre do Tribunal. Todos trouxeram uma coisa em comum: o amor pela leitura. Começaram a ler por prazer, como contou o senador Cristovam Buarque, primeiro a palestrar. “Quando as pessoas leem e entendem o que leram, elas ganham civilidade”, destacou.

Em seguida, a coordenadora do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília

(UnB), Lillian Álvares, elogiou a iniciativa do Tribunal e afirmou ser o ingresso no mundo da leitura o primeiro e mais importante passo da vida. “Não importa o gênero do livro, se é a Constituição, um romance ou drama, o importante é ler. Com o tempo, passamos a ser mais seletivos. Mas para começar, até quadrinhos vale”, disse.

### SUBLITERATURA

A afirmação da professora foi ratificada por outro palestrante convidado pela Dibib. O discurso do jornalista e poeta Fabrício Carpinejar, no dia 6 de novembro, foi rápido. Procurado pela Primeira Região em Revista, contudo, o também professor estendeu as palavras para discutir a chamada “subliteratura” – expressão popularmente usada na definição da literatura sem valor. O hoje renomado poeta, autor de onze livros publicados, entre eles “Meu Filho, Minha Filha” (2007) e “O Amor Esquece de Começar” (2006), diz ter descoberto a paixão pelas obras literárias nas páginas do gibi. “Não tem como começar a leitura por patamares superiores, pela ‘Divina Comédia’, por Shakespeare ou Machado de Assis”, afirma, ao defender a leitura de todo tipo de gênero.

A maior inspiração para Carpinejar veio do exemplo parental. Filho de poetas, a proximidade com os livros foi consequência natural no processo de desenvolvimento. Dos

quadrinhos da “Turma da Mônica” passou para a literatura infanto-juvenil e, posteriormente, à juvenil – de vanguarda, na época –, com destaque para as coleções da Editora Ática, como a série Vaga-Lume lançada em 1972. Mais tarde, se descobriria, definitivamente, no universo da poesia.

Questionado sobre o valor de conteúdos comumente considerados fúteis, como os relacionados a fatos esportivos, ao horóscopo e às celebridades, por exemplo, o poeta foi enfático: “a gente desmerece a literatura de entretenimento porque nós temos uma desvalia, um complexo de vira-lata”, disparou. “A gente quer formar gênios; não quer formar leitores”. A “campanha obrigatória” pró-leitura socialmente difundida causa efeito contrário, na opinião do escritor, ao passo que faz da leitura uma prática compulsória e, portanto, mais relacionada ao sacrifício que ao prazer. “A gente lê um livro e já sai contando pra todo mundo, como se isso fosse um grande esforço”, observa. Nesse contexto, o termo “subliteratura” deveria ser substituído pela expressão “literatura de transição”, explica Carpinejar. “Eu acho que toda leitura começa com a identificação. [...] A gente precisa ler por prazer”.

### PÚBLICO INFANTIL

Esse prazer pela leitura foi o que levou dezenas de crianças ao Tribunal, no dia 26 de outubro. A organização do festival literário reservou a data para atividades voltadas ao público infantil, transformando o Espaço de Convívio Pontes de Miranda, ao lado do Plenário, em um espaço destinado à narração de histórias e à brinquedoteca montada em parceria com a ONG Ludocriarte. Cerca de cem alunos de uma escola pública de educação básica participaram como convidados, além de filhos de magistrados, servidores e prestadores de serviço do Tribunal. O evento foi aberto, no Plenário, pela desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso e teve, como atração, um palestrante mirim, filho do juiz federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa. Pedro Augusto, 13 anos, discursou sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Entre uma brincadeira e outra, integrantes da ONG Amigos da Vida, que atua na prevenção e no combate ao vírus HIV, aproveitaram a oportunidade para palestrar sobre inclusão social de crianças soropositivas. Os voluntários apresentaram dois novos integrantes da “Turma da Mônica”, Igor e Vitória, e distribuíram 150 gibis em que os personagens com Aids figuram como protagonistas.



Escritor Deonísio da Silva pediu mais valorização à literatura brasileira

O estudante da 5.<sup>a</sup> série, Felipe Amaral, 10 anos, foi um dos participantes. “Achei legal porque a gente podia brincar e ler, ao mesmo tempo”, disse. Filho da prestadora de serviço Josinete da Silva, da Seção de Copa, Limpeza e Conservação (Secol/Diseg), o garoto diz ter tomado gosto pela leitura há pouco tempo. Não se lembra do nome do primeiro livro que lhe despertou o interesse, mas sabe que explicava por que não se deve entrar no mundo das drogas. Hoje não vê problemas em ler os livros da escola, tem preferência pela literatura de ação e até guarda um escritor preferido: Bartolomeu Campos de Queiróz, autor de poemas e histórias infantis e juvenis falecido em janeiro deste ano. “Ler é importante porque vai ajudar a gente no futuro”, declarou o jovem estudante que pretende tornar-se advogado.

Felipe faz parte de uma minoria da população brasileira que se interessa, de fato, pelos livros. A última pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, divulgada em março pelo Instituto Pró-Livro, de São Paulo, revelou que o brasileiro está lendo menos: em média, apenas quatro livros por ano. Em 2008, um estudo semelhante apontou a leitura média de 4,7 livros. Segundo o levantamento deste ano, realizado em parceria com o Ibope Inteligência, o Brasil tem 50% de leitores – 88,2 milhões de pessoas –, considerando aqueles que leram pelo menos um livro, inteiro ou em partes,



FOTOS: ASCOM/REI



“Eu nunca escolhi ler poesia por obrigação”, diz Fabrício Carpinejar

nos últimos três meses. Os números caíram, também, nos índices que medem a leitura em todas as faixas que vão da infância à adolescência, entre 5 e 17 anos.



INTERNET

EM 2011, CRIANÇAS COM IDADES ENTRE 5 E 10 ANOS LERAM 5,4 LIVROS, ANTE AOS 6,9 REGISTRADOS NO LEVANTAMENTO DE 2007. O MESMO OCORREU ENTRE OS PRÉ-ADOLESCENTES DE 11 A 13 ANOS (6,9 ANTE 8,5) E ENTRE ADOLESCENTE DE 14 A 17 (5,9 ANTE 6,6 LIVROS).

Fonte: Pesquisa Retrato da Leitura no Brasil 2012 / Instituto Pró-livro

A leitura de livros ainda trava uma disputa acirrada com outros tipos de publicações, quando o fator financeiro entra em cena. Enquanto o interesse pelas obras cai, o gasto das famílias com jornais está aumentando. É o que revelou a pesquisa “O Livro no Orçamento Familiar”, publicada em agosto deste ano. Os livros não-didáticos representaram 8,1% das aquisições. Os jornais, 20%. Juntos, jornais e revistas chegaram a 50% dos gastos com leitura no Brasil. O estudo considerou os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, no biênio 2008-2009. “Acho que isso se deve ao vínculo do jornal e da revista com o mundo atual. Tu *sabe* que está lendo algo que pode modificar sua rotina”, avaliou Fabrício Carpinejar.

Na opinião do professor e estudioso da língua portuguesa, Deonísio da Silva, autor de 34 livros publicados, a literatura brasileira deve ser mais valorizada. “Todos deveriam ler Cecília Meireles, Machado de Assis, Guimarães Rosa e Rubem Fonseca”, afirmou durante palestra no Salão Nobre do Tribunal, no dia 30 de outubro, em continuidade à programação do festival literário. “Não importa se o autor está vivo ou morto; a mensagem é a mesma”, completou. O escritor pondera, entretanto – na qualidade de colunista de etimologia de uma revista semanal –, que todo tipo de publicação é válido, independentemente do meio utilizado, quando o objetivo é difundir o conhecimento. “Se não

houvesse a literatura não saberíamos, sequer, a dimensão do desconhecido”, reforçou o segundo palestrante do dia, desembargador José Renato Nalini. Autor do livro “Ética para um Judiciário Transformador”, o magistrado deixou a toga no Tribunal de Justiça de São Paulo para falar aos participantes do festival. Discorreu sobre a história da literatura e o valor dos livros para a aprendizagem, e foi o autor da frase que abre esta reportagem: “ler é viajar sem precisar de passaporte”.

### EXPOSIÇÃO

Nossa viagem pelo I Festival Literário do Tribunal prossegue com uma parada no dia 5 de novembro, quando foi aberta a exposição “Do papiro ao livro eletrônico”, no Espaço Cultural. Durante uma semana, a mostra realizada em parceria com a Universidade de Brasília e a empresa Book Partners proporcionou aos visitantes um *tour* pela história do livro – dos pergaminhos originais ao e-book –, por meio de *banners* e infográficos. A UnB cedeu um códice português do século XVI, exposto em vitrine, e a Book Partners, um livro eletrônico de Olavo Bilac com poesias infantis, que demonstrou a influência das novas tecnologias na literatura.

Embora o *e-book* ainda ocupe apenas 0,02% do mercado editorial brasileiro, com faturamento de R\$ 870 mil em 2011, frente aos R\$ 4,8 bilhões faturados em todo o setor, sua presença é aposta certa para o futuro. A professora da UnB, Lillian Álvares, explica que a expansão desse novo tipo de produto foi mais lenta que o esperado. Em 2000,



Desembargador José Renato Nalini, do TJSP: “ler é viajar sem precisar de passaporte”

as projeções de editoras norte-americanas para o *e-book* apontavam uma fatia de 17% do mercado naquele país em 2004, o que só veio a ocorrer em meados de 2011. “Como a tecnologia trouxe um impacto muito grande aonde ela chegou, na educação, no trabalho, no lazer, todos acharam que ela teria a mesma força de mudança de hábitos sobre o livro”, anotou a professora. O que se vê, contudo, é a sobrevivência dos títulos em papel.

## Retrato da Leitura

### LEITURA EM BAIXA NO BRASIL

- **4 livros/ano** – quantidade de livros lidos, em média, por brasileiro em 2011
- **em 2007: 4,7 livros/ano**
- **50% da população são leitores: 88,2 milhões de pessoas**
- **em 2007: 95,6 milhões de leitores, ou 55% da população**





Exposição “Do papel ao livro eletrônico”

“O ingresso no mundo da leitura é o primeiro e mais importante passo”, afirmou Lillian Álvares durante palestra

Para Lillian Álvares, os dois formatos deverão permanecer em harmonia por muitos anos. A modalidade digital ganha lugar de destaque, na visão da professora, ao permitir o acesso a uma grande camada da sociedade, antes privada da leitura devido, principalmente, ao custo ainda alto das obras no Brasil. “O livro sem custo, disponível na internet, causou uma imensa revolução e abriu oportunidades antes inimagináveis para uma parcela que nunca vai ter acesso ao impresso”, define.

Os desafios que fazem frente ao *e-book* ainda são muitos. Vão de questões de direito autoral a problemas logísticos na adaptação dos livros aos equipamentos portáteis, como *smartphones* e *tablets*. O mais latente, segundo Lillian, diz respeito à propriedade intelectual. “À medida que você coloca as coisas na internet elas passam a ser de todos e de ninguém”, lamenta. A professora, que coordena o programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

### PREFERÊNCIAS DE LAZER

- 1.º - assistir TV ..... 85%
- 2.º - escutar música ou rádio ..... 52%
- 3.º - descansar ..... 51%
- 4.º - reunir-se com amigos e família ..... 44%
- 5.º - assistir vídeos/filmes em DVD ..... 38%
- 6.º - sair com amigos ..... 34%
- 7.º - ler ..... 28%

Fonte: Pesquisa Retrato da Leitura no Brasil 2012 / Instituto Pró-livro

da UnB, sempre disponibiliza as aulas que ministra em sua página pessoal, ciente do risco de vê-las reproduzidas sem citação da fonte. “Eu dependo, exclusivamente, da ética das pessoas que usam”.

Enquanto tramitam no Congresso projetos de lei que visam a proteção aos direitos autorais na internet, milhares de leitores mantêm-se afastados dessa nova realidade. O apego ao livro impresso, os chamados bibliófilos jamais vão perder. “O tempo foi mostrando que o que atrai os leitores, além do conteúdo, é também o manuseio do livro; é ter o livro como obra de arte, como um objeto que está em seu poder”, diz Lillian Álvares.

### APEGO

A diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi) do Tribunal, Ionice de Paula Ribeiro, é uma das amantes declaradas do livro impresso. Não abre mão de ter as folhas entres os dedos, fazer anotações, rabiscar e até sentir o cheiro das páginas novas. “Eu gosto dessa relação íntima. Me dá uma frustração a hora em que você aperta um botão e desliga o livro”, conta sorrindo. O prazer pela leitura começou na primeira infância e tem Monteiro Lobato como principal fonte de inspiração. “Reinações de Narizinho” e “Emília no país da gramática”, entre outros clássicos, ainda estão vivos na memória da servidora. Hoje, Ionice devora, por regra, pelo menos um livro todos os meses, “aconteça o que acontecer”. São cerca de 20 títulos anuais, além dos textos jurídicos que precisa ler como extensão do trabalho. “Eu consigo ler mais de cinquenta livros por ano”, revela.

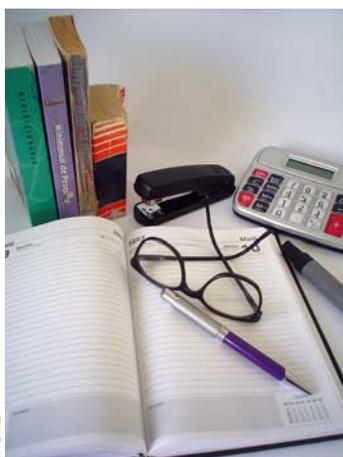
Para a diretora, a leitura é uma “libertação” de ideias, paradigmas e conhecimentos. Por isso, Ionice enaltece o esforço da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib)

em realizar o I Festival Literário. “A atividade do Tribunal é muito tensa e nos absorve muito. A gente lê muito processo e textos jurídicos. Então o festival teve esse lado de abrir nossa visão para outro tipo de leitura”, declarou. A iniciativa mais marcante para a servidora foi o projeto “Liberte um livro”, implantado em março pela Dibib, em comemoração do Dia do Bibliotecário (12 de março). Durante o festival, uma estante com 40 títulos foi colocada na antessala do Plenário, onde os visitantes puderam pegar e deixar livros livremente, sem compromisso de devolução. “Ver esta pequena biblioteca à disposição faz despertar o interesse pela leitura”, afirmou Moisés da Silva, técnico judiciário do Tribunal. A estante retornou à biblioteca, onde ficará posicionada por tempo indeterminado.



LUIZ XAVIER

Servidora Ionice Ribeiro, da Secoi:  
“considero a leitura uma libertação”



INTERNET

## HIERARQUIA DA LEITURA

Os gastos com leitura das famílias brasileiras, em 2008 e 2009, representaram:

- 8,1% - livros não-didáticos
- 20,7% - jornais
- 29,3% - revistas
- 41,9% - livros didáticos e técnicos, fotocópias ou apostilas

Fonte: Pesquisa O Livro no Orçamento Familiar 2012 / IBGE



Servidores assistem filme em homenagem aos 100 anos de Jorge Amado, no Plenário



ASCOM/TRF1

Jornalista Manuel da Costa Pinto palestra sobre papel do crítico literário

O ciclo de palestras do festival foi encerrado com a participação do jornalista e crítico literário Manuel da Costa Pinto. Diante de servidores, prestadores de serviço e cerca de 40 alunos de uma escola pública de ensino médio, o convidado discursou sobre a crítica literária e o papel dos chamados *ghost writers* ("escritores fantasmas", na tradução literal), que escrevem parte dos livros, no anonimato, juntamente com o autor principal. O festival contou ainda com uma mostra de cinco vídeos de grandes autores brasileiros e uma sessão de cinema, no Plenário, com o filme "Quincas Berro d'Água", em comemoração dos 100 anos de Jorge Amado.

Entre os participantes do I Festival Literário do TRF da 1.ª Região estão os desembargadores federais Néviton Guedes, Maria do Carmo Cardoso, Mônica Sifuentes e Cândido Ribeiro, a diretora do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), juíza federal Gilda Sigmaringa Seixas, e o juiz federal convocado Cleberson José Rocha. O

A Divisão de Biblioteca e Acervo Documental apresenta:

# I FESTIVAL DO TRF LITERÁRIO

1ª Região

2012

em comemoração do Dia Nacional do Livro

---

**PALESTRAS SOBRE O VALOR DA LEITURA**

24 de outubro, às 15h30

- Cristovam Buarque (Senador)
- Lillian Álvares (Professora da UFRJ)

30 de outubro, às 14h

- Deonísio da Silva (Professor da USP)
- José Renato Nalini (Desembargador do TRF)

6 de novembro, às 14h

- Rubem Alves
- Fabrício Carpinejar
- Manuel da Costa Pinto

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS**

26 de outubro

Contação de histórias e brinquedoteca no Espaço de Convívio Pontes de Miranda  
Parceria com a Ludocriarte

**EXPOSIÇÃO NO ESPAÇO CULTURAL**

5 a 9 de novembro

Do papiro ao livro eletrônico  
Parceria com a Biblioteca da Universidade de Brasília e Book Partners

---

**SALA DE LEITURA**

29 de outubro a 7 de novembro, na antessala do Plenário, com a estante "Liberte um livro"

**Efemérides de 2012:**  
Mostra de vídeos de autores brasileiros na antessala do Plenário

Carlos Drummond de Andrade (100 anos de nascimento)  
Jorge Amado (Centenário de nascimento)  
Nelson Rodrigues (Centenário de nascimento)  
Paulo Mendes Campos (90 anos de nascimento)  
Cláudio Lispector (35 anos de morte)

Concorra a brindes no Facebook.  
Curta a Biblioteca Mestre Adhemar Maciel e responda a pergunta:  
"Qual o livro que marcou a sua vida?"

---

**CINEMA NO PLENÁRIO**

7 de novembro

Sessões: 11 h e 17 h

100 anos de Jorge Amado

Apresentação dos filmes Quincas Berro d'Água e Capitães de Areia

JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Divisão de Biblioteca/Cojud

secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira, também acompanhou de perto toda a programação, fez o discurso de encerramento e mostrou-se ansioso para a próxima edição do festival, que poderá acontecer no ano que vem. "Mostrar a importância da leitura, trazendo as pessoas para discutir com os escritores, gera uma cadeia maior de leitores. [...] Estamos dando os primeiros passos no sentido de despertar esse saudável hábito. Que eles se multipliquem e que venham novos festivais literários", finalizou o dirigente. ■

## PLENO DO TRF DA 1.ª REGIÃO DEFINE LISTA TRÍPLICE PARA VAGA DE DESEMBARGADOR FEDERAL

Os juízes federais Marcos Augusto de Sousa (SJDF), Ney de Barros Bello Filho (SJMA) e Daniele Maranhão Costa (SJDF) foram escolhidos, no dia 12 de novembro, para compor a lista tríplice de magistrados para preenchimento da vaga de desembargador federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, segundo o critério do merecimento, decorrente da ascensão da desembargadora federal Assusete Magalhães ao cargo de ministro do STJ em agosto último. A eleição, que foi conduzida pelo presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro, aconteceu em sessão plenária realizada em Brasília, a qual compareceram 23 dos 25 membros da Corte aptos a votar.

Os juízes federais Marcos Augusto de Sousa e Ney de Barros Bello Filho foram eleitos em primeiro escrutínio, com 17 e 13 votos, respectivamente. O terceiro nome da lista é o da juíza federal Daniele Maranhão Costa, eleita em último escrutínio com 14 votos.



Concorreram à lista 10 magistrados federais, avaliados nos critérios de desempenho, qualidade da prestação jurisdicional, produtividade, presteza no exercício das funções, aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta ética.

A lista seguiu para a Presidência da República para indicação do nome do novo desembargador federal que integrará a Corte.

## COMISSÃO PERMANENTE DOS JEFS APROVA CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL CENTRALIZADO DOS ADVOGADOS

No dia 5 de novembro, a coordenadora dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, desembargadora federal Neuza Alves, participou de reunião da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais, no Conselho da Justiça Federal. A Comissão é presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal, João Otávio de Noronha, e integrada pelos coordenadores regionais dos JEFs e pelo presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Oliveira Toldo.

Na ocasião, a Comissão aprovou a criação do Cadastro Nacional Centralizado dos Advogados, a ser implementado no sítio eletrônico da Corregedoria do CJF e gerenciado por um servidor da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU). O acesso será liberado para os servidores indicados pelas coordenadorias dos JEFs, que receberão a documentação do advogado, efetuarão o cadastro no sítio eletrônico e validarão o cadastro do advogado no sistema. As outras regiões poderão aproveitar o cadastro feito pelo servidor de outra região pela página da Corregedoria e proceder à validação nos seus sistemas.

**Atribuições** – Entre as atribuições da Comissão Permanente estão a organização e a manutenção de banco centralizado de dados dos Juizados com informações sobre o andamento dos processos e arquivo de jurisprudência formado com julgamentos proferidos no âmbito dos JEFs, além da sugestão de medidas que devam ser submetidas ao Conselho da Justiça Federal quanto à implantação e uniformização dos serviços dos Juizados Especiais Federais.

## ENFAM REÚNE DIRETORES DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA EM BRASÍLIA

O vice-diretor da Escola de Magistratura Federal da 1.<sup>a</sup> Região (Esmaf), desembargador federal Cândido Ribeiro, participou da reunião promovida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) no dia 26 de novembro, em Brasília. A Enfam promoveu o encontro com os diretores das escolas de magistratura para apresentar os projetos que estão sendo propostos pela atual Diretoria-Geral da Escola, conduzida pela ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon. Os projetos são voltados ao aprimoramento na formação dos magistrados. A formação e a capacitação de magistrados e servidores do Judiciário são hoje alguns dos principais focos da atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entre os projetos apresentados, está o de criação de curso de difusão e compartilhamento das práticas eficientes do Poder Judiciário. A ideia, segundo a ministra Eliana Calmon, é realizar uma espécie de reciclagem voltada para a gestão de processos com magistrados que já atuam há muitos anos na profissão, difundindo entre eles as metodologias empregadas por outros magistrados na superação de problemas similares.

Fonte: CNJ

## PRESIDENTE PARTICIPA DE CERIMÔNIA EM HOMENAGEM A MINISTROS DO STF

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, desembargador Mário César Ribeiro, participou, no dia 26 de novembro, da cerimônia de outorga do título "Doutor Honoris Causa" aos ministros Joaquim Barbosa e Carlos Ayres Britto, presidente e ex-presidente, respectivamente, do Supremo Tribunal Federal (STF). O evento aconteceu no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB).

O recém empossado presidente do STF, Joaquim Barbosa, que já lecionou no IESB, afirmou em breve discurso que a vida acadêmica foi o melhor tempo de sua vida.

"Desde que assumi as funções de ministro do STF, há dez anos, fui forçado a deixar a academia. É talvez a faceta da minha trajetória que mais me deu prazer", disse o ministro.

Também estiveram presentes à solenidade o juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão, e o diretor-geral do TRF da 1.<sup>a</sup> Região, Roberto Elias Cavalcante.



RAMON PEREIRA

## ESMAF REALIZA III JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL EM CUIABÁ



A III Jornada de Direito Processual Civil da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf) foi aberta, no dia 28 de novembro, pelo vice-diretor da Esmaf, desembargador federal Cândido Ribeiro, em Cuiabá/MT. A palestra com o tema “Coisa julgada e litispendência entre ações coletivas e entre ações coletivas e individuais” iniciou o ciclo de debates.

Compuseram, ainda, a mesa de abertura o diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Paulo César Alves Sodré; o professor doutor Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves; e o diretor da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), Eugen Smarandescu Filho.

No dia 30 de novembro, a conferência “Solução de conflitos em perspectiva contemporânea: tratamento adequado e efetividade de direitos”, proferida pela professora doutora Adriana Goulart de Sena Orsini, encerrou a Jornada.

Após a última palestra, o diretor da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Paulo César Alves Sodré (foto), enfatizou a alegria da Seccional por ter sido escolhida para sediar a jornada e agradeceu ao diretor da escola, desembargador federal José Amílcar Machado, e a todos os juízes federais e palestrantes que abrilhantaram o evento, patrocinado pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA).



## 5.º SEMINÁRIO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A Seção Judiciária de Rondônia realizou, nos dias 8 e 9 de novembro, o V Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental (SEJAO). O evento adotou o tema “Direito em Movimento: novas perspectivas para a atuação do Poder Judiciário nas sociedades democráticas”. A coordenadora científica do evento foi a juíza federal Juliana Maria da Paixão.

A sessão de abertura contou com o pronunciamento do juiz federal Rodrigo de Godoy Mendes, diretor do foro da seccional rondoniana. As palestras “Estratégias de conciliação na Justiça Federal” e “Aplicação do direito fundamental ao meio ambiente e conflitos aparentes de direitos”, proferidas pelo juiz federal Marcelo Dolzany da Costa e pelo promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, Pedro Abi-Eçab, respectivamente, iniciaram o ciclo de debates.

Ao todo foram proferidas seis palestras, expostas com a participação de pensadores, magistrados, promotores, especialistas e outros operadores do Direito dos estados de Rondônia, Minas Gerais, Bahia, Amazonas e São Paulo.



Presidiu a solenidade de encerramento, ocorrida no dia 9 de novembro, o juiz federal Herculano Martins Nacif, que lembrou o criador do SEJAO, o juiz federal Geraldo Magela e Silva Menezes. Ele elogiou a organização e a feitura do seminário, fazendo ao final uma exortação à consecução da paz social, da construção do amor e da solidariedade entre os homens.



## ASSINADO PROJETO DE LEI QUE DESTINA ÁREA À NOVA SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DE GOIÁS

Em solenidade realizada no dia 9 de novembro, o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, assinou projeto de lei que autoriza a doação de áreas destinadas à construção das novas sedes da Justiça Federal e do Tribunal Regional Eleitoral em Goiânia, o qual será encaminhado à Assembleia Legislativa para aprovação. A União arcará com os custos das obras. O evento ocorreu na sala de reuniões do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, localizado na Praça Cívica, em Goiânia/GO.

O terreno a ser doado à Justiça Federal possui 35 mil metros quadrados e fica situado no Setor Jaó, próximo ao aeroporto Santa Genoveva, na região norte de Goiânia. A doação da área atende as solicitações feitas pelos magistrados federais ao governador Marconi Perillo, que, por meio da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), trabalhou na regularização da documentação da área e da elaboração da minuta do projeto de lei que será encaminhado à Casa Civil.

Em seu pronunciamento durante a solenidade, o juiz federal Mark Yshida Brandão, diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás, destacou que o governador, “com apurado espírito público, sensibilizou-se não só com as condições de trabalho em que nos encontramos, mas, principalmente, com a excelência do atendimento que as populações de Goiânia e Goiás merecem encontrar na Justiça Federal, assim como em todos os órgãos públicos, que são mantidos por cada um dos brasileiros.”

A solenidade contou com as presenças dos juizes federais Maria Divina Vitória, Maria Maura Martins Moraes Tayer, Eduardo Pereira da Silva, Luciana Laurenti Gheller e da diretora da Secretaria Administrativa, Maristela Mendes de Queiroz.



### SECCIONAL DO AMAZONAS DESCARTA MAIS DE 1.600 DOCUMENTOS E PROCESSOS

A Seção Judiciária do Amazonas realizou, no dia 9 de novembro, o 8.º Descarte de Documentos e Processos Administrativos e o 2.º Descarte de Autos Judiciais Findos.

Foram descartados 765 documentos e processos administrativos e 921 autos judiciais findos, todos com temporalidade cumprida e devidamente analisados pelos grupos de trabalho.

O material fragmentado, 400kg de papel, foi simbolicamente entregue pelo diretor do foro e presidente da Comissão de Avaliação e Gestão Documental, juiz federal Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho, ao técnico municipal Herberth Pinheiro Maia, representante do Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de Manaus.

Como resultado da ação, foram disponibilizados novos espaços para arquivamentos: 4,18 metros lineares no Arquivo Judicial; e 6,6 metros lineares no Arquivo Administrativo.



### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE OIAPOQUE TEM NOVO DIRETOR

O juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho chegou ao Amapá no dia 12 de novembro para assumir a titularidade da Vara Única da Subseção Judiciária de Oiapoque, em virtude de promoção ocorrida por meio do Ato Presi/Asmag 1.377, de 14/9/2012.

O magistrado esteve na sede da Justiça Federal no dia 13, acompanhado da diretora de secretaria substituta Anna Ferreira e da servidora Rafaela Melo, para conhecer o diretor do foro, juiz federal Fabiano Verli, as novas instalações e discutir mecanismos que facilitem o atendimento célere das necessidades da Subseção Judiciária de Oiapoque, apesar da distância geográfica entre a sede e a subseção.



### CONSELHEIRO DO CNJ VISITA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DA SECCIONAL DO DF

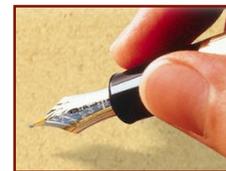
O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) José Roberto Neves Amorim visitou, no dia 7 de novembro, a Central de Conciliação da Justiça Federal do Distrito Federal (SJDF). Ele foi recebido pelo coordenador-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região (Sistcon), desembargador federal Reynaldo Fonseca, pela diretora do foro da SJDF e coordenadora do Núcleo de Conciliação da SJDF, juíza federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, e pelo juiz auxiliar do CNJ, André Gomma.

O objetivo da visita foi prestigiar e conhecer as atividades da Justiça Federal da Primeira Região na Semana Nacional de Conciliação. O conselheiro também visitou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e o Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, instituições que também participam do evento.

Para o desembargador Reynaldo Fonseca, a conciliação não é apenas uma alternativa para diminuir o volume de processos. "A Semana Nacional de Conciliação do CNJ é uma simbologia, pois nós fazemos conciliação o ano inteiro. Só na Primeira Região já temos 80.996 acordos homologados neste ano, o que demonstra que este diálogo não é só uma alternativa para o Judiciário tirar processos da prateleira, mas é também o reconhecimento de um direito do cidadão, e a consequência disso é a felicidade humana", ratificou o coordenador-geral do Sistcon.



Ferido Cavallanti



# Tudo a ver

**O uso correto do verbo haver impessoal e da preposição a ainda confunde muita gente. Sendo ele impessoal, é conjugado a qualquer tempo na 3ª pessoa do singular. E se ele vier acompanhado de verbo auxiliar, este também ficará na 3ª pessoa do singular. Confira!**

**Ex:** *Está havendo muitos escândalos no Legislativo.*

**Haver** com sentido de existir, ocorrer, acontecer e na indicação de tempo passado é um verbo impessoal.

**Ex:** *Há pessoas maravilhosas que são minhas amigas de verdade.*

Entretanto, quando for possível substituir o verbo **haver** por existir, ocorrer, acontecer, estes serão conjugados normalmente.

**Ex:** *Há pessoas maravilhosas que são minhas amigas de verdade.*

**Ex:** *Existem pessoas maravilhosas que são minhas amigas de verdade.*

Quando o verbo **haver** indicar tempo passado, também aparecerá na 3ª pessoa do singular, por ser impessoal.

**Ex:** *Há muitos anos, participei de um congresso sobre a modernização de fábricas de tecido.*

Por, no exemplo acima, **haver** já indicar tempo passado, é errado dizer **há** muitos anos **atrás**. Os dois verbetes jamais poderão aparecer na mesma frase. É pleonasma. Deve-se escolher um ou outro.

**Ex:** *Muitos anos atrás, participei de um congresso sobre a modernização de fábricas de tecido.*

Mas o verbo **haver** pode ser conjugado como os outros verbos? Claro, quando não tiver as acepções acima mencionadas, ele será um verbo pessoal.

**Ex:** *Tu hás de conseguir a promoção almejada.*

**Ex:** *Eles haverão de pagar pelos atos criminosos que cometeram.*

O verbo **haver** aparecerá sempre no pretérito imperfeito do indicativo quando, na mesma frase, existir outro verbo no pretérito imperfeito

do indicativo ou no pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

**Ex:** *Eles já contavam com meu trabalho havia cinco anos.*

**Ex:** *Havia dez minutos que ela buscara o marido no trabalho.*

Falemos um pouco sobre a preposição **a** em oposição ao verbo **haver**. Ela indica tempo futuro da mesma forma que o verbo **haver** indica tempo passado.

**Ex:** *Daqui a dois dias, embarcarei para os Estados Unidos.*

A preposição **a** também é usada para designar distância. Vem acompanhada de "cerca de" quando a distância for aproximada.

**Ex:** *Estacionei meu carro a trinta metros daqui.*

**Ex:** *O avião estava a cerca de 900 metros quando caiu.*

Para não ter dúvida quanto ao uso do **haver** e da preposição **a**, deve-se substituir **haver** por "fazer". Se puder, usa-se o **há**. Caso contrário, usa-se o **a**.

**Ex:** *Estou chamando por você há (faz) duas horas.*

**Ex:** *Os desembargadores chegaram a tempo. (Os desembargadores chegaram em tempo, com tempo.)*

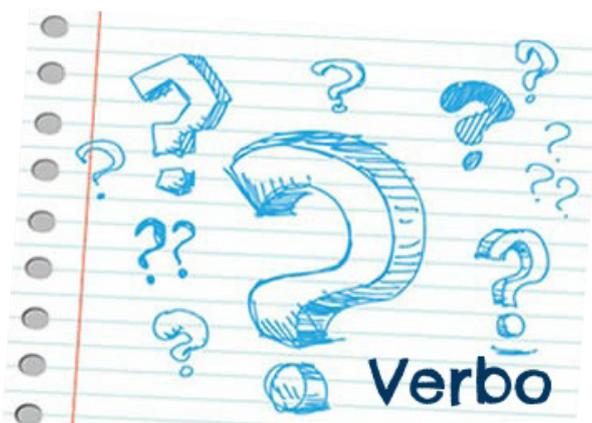
**Ex:** *Os desembargadores chegaram há tempo. (Os desembargadores chegaram faz tempo.)*

Para terminar, escreve-se: **ter a ver** ou **ter haver**? Simples: substitua a preposição pelo "que".

**Ter a ver** é uma expressão coloquial que pode ser substituída por **ter que ver**.

**Ex:** *Eu não tenho nada a (que) ver com isso.*

**Ex:** *A matéria tem tudo a (que) ver com o que foi discutido ontem na sala de aula. ■*



INTERNET

# Terra sem lei? Não mais!

DUAS NOVAS LEIS INICIAM A FORMAÇÃO DO ARCABUÇO LEGAL QUE REGULAMENTARÁ A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, MAS VOTAÇÃO DO MARCO CIVIL AINDA É ADIADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

THAINÁ SALVIATO

Com a expansão do acesso à novas tecnologias e à internet, a prática de crimes pela rede também tem se tornado cada vez mais comum. Os crimes virtuais são atos ilícitos praticados através da internet que causam danos, materiais ou morais, a alguém. Eles são conceitualmente classificados como crimes virtuais puros, mistos e comuns.

O crime virtual puro é caracterizado pela conduta ilícita cujo objetivo exclusivo é o sistema do computador e seus componentes, incluindo dados e programas. Essa conduta é praticada pelos chamados *hackers*, que utilizam seu amplo conhecimento em informática para obter benefícios ou apenas por vandalismo. Os crimes virtuais mistos são aqueles em que a conexão com a internet é requisito indispensável para sua realização. Como exemplo, tem-se os golpes realizados pelas páginas eletrônicas de bancos, roubo de quantias e dados. Já nos crimes virtuais comuns, os criminosos utilizam a internet apenas como instrumento para a prática de delitos já tipificados pelo Código Penal. Nesses casos, a rede funciona apenas como meio para a prática do crime, como a pornografia, a difamação e a injúria, por exemplo.

Mas, a internet, aos poucos, vai se distanciando da fama de ambiente sem regras. A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou, em novembro deste ano, duas leis para tipificar os crimes eletrônicos e suas respectivas sanções. Uma delas é a Lei 12.737, que ganhou grande visibilidade ao ser apelidada de “Lei Carolina Dieckmann” e que entrará em vigor em abril de 2013.

O documento configura como crime a invasão de computadores, celulares, *tablets* e quaisquer outros equipamentos de terceiros, conectados ou não à internet, para obter, destruir ou divulgar dados sem a autorização do proprietário do aparelho. A nova lei também considera crime a prática de interrupção intencional do serviço de internet de empresas.

## PENAS

A Lei 12.737 determina que a invasão de dispositivos eletrônicos alheios seja punida com detenção de três meses a um ano e multa. A mesma pena se aplicará a quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de viabilizar a prática tipificada pela lei. Se a invasão resultar também em prejuízo econômico, a pena pode aumentar de um terço a um sexto. Se o resultado da conduta ilícita resultar na obtenção de comunicações eletrônicas privadas e informações sigilosas ou, ainda, possibilitar o controle remoto do equipamento, a pena será de reclusão de seis meses a dois anos e multa. No caso da divulgação, comercialização ou transmissão a terceiros dos dados e informações obtidos com a invasão, a pena aumenta de um a dois terços.

As penalidades descritas aumentam de um terço à metade se o crime for praticado contra presidente da República, governadores, prefeitos, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou Câmara Municipal ou dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

A Lei 12.735, também sancionada pela presidente da República em novembro, altera os decretos-leis n.º 2.848 (Código Penal) e n.º 1.001 (Código Penal Militar) e a Lei 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. As alterações fixadas pela nova lei são para tipificar condutas realizadas mediante o uso de sistema eletrônico, digital ou similares, e que sejam praticadas contra sistemas informatizados ou similares.

O novo texto também estabelece penas para prática, indução ou incitação – pelos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza, inclusive a internet –, da discriminação ou preconceito de raça, religião, etnia ou

A ATRIZ CAROLINA DIECKMANN TEVE O COMPUTADOR PESSOAL INVADIDO POR HACKERS QUE ROUBARAM 36 FOTOS ÍNTIMAS E DIVULGARAM NA REDE, CHANTAGEANDO A ATRIZ MAIS TARDE.

procedência nacional. A pena será de dois a cinco anos de reclusão e o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, o recolhimento imediato do material divulgado, a interrupção das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas e a interdição das mensagens ou páginas de informação da internet. Em caso de desobediência, após o trânsito em julgado da ação, o material será destruído, como efeito da condenação. A Lei 12.735 também passará a vigorar em abril de 2013.

O presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet), Eduardo Neger, explica que, com as novas leis sancionadas, são introduzidos novos tipos penais, vinculados à condutas típicas antijurídicas relacionadas às ferramentas tecnológicas atuais. No entanto, ele ressalta que resultam em pouco impacto, pois boa parte das condutas referentes aos ditos “crimes eletrônicos” já era enquadrada em tipos penais já existentes. Por exemplo: difamação é difamação, seja ela praticada em uma praça pública, jornal de papel, emissora de TV ou internet, e o mesmo vale para outros tipos penais, como injúria, calúnia, estelionato, etc. “Mas de um modo geral, a nova legislação é positiva, pois torna mais fácil a interpretação, por parte dos operadores do Direito, de condutas relacionadas às novas tecnologias da comunicação e informação”, pondera Neger.

***“O legislador deve se concentrar na essência da conduta, evitando uma vinculação extremamente detalhada e casuística a uma ou outra ferramenta tecnológica atual, sob pena de esvaziar e acelerar a obsolescência da própria lei no futuro”.***

*Eduardo Neger*

O presidente da Abranet entende também que houve uma inversão de prioridades por parte do Legislativo: “o correto seria aprovar, primeiramente, o Marco Civil da Internet, pois ele é o garantidor dos direitos e obrigações de todos os atores da cadeia de valor da internet”. Para ele, a aprovação das novas leis antes do Marco Civil configura uma situação curiosa em que os crimes já estão definidos, mas os direitos e garantias dos usuários ainda não.

#### **MARCO CIVIL DA INTERNET**

O Plenário da Câmara dos Deputados está apreciando o projeto de lei do Marco Civil da Internet no Brasil (PL 2.126/2011). O documento estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e irá regulamentar a navegação e reunir os princípios que



vão guiar leis e decisões envolvendo a internet no país, estabelecendo direitos e responsabilidades dos usuários, provedores e poder público.

O projeto de lei define, ainda, as diretrizes para atuação da União, estados, Distrito Federal e municípios em relação ao tema; no entanto, o projeto não aborda temas como direitos autorais e *downloads* de obras artísticas.

Quanto à privacidade, o texto define que sítios eletrônicos e provedores são obrigados a manter em sigilo os dados dos usuários. As informações só poderão ser repassadas por determinação da Justiça, podendo ser armazenadas somente por um ano. As autoridades judiciais podem requerer, de forma cautelar, que os dados de conexão de um usuário sejam armazenados por mais de um ano e, mesmo que haja quebra de sigilo, as autoridades podem solicitar que seja mantido

o sigilo de justiça. Em caso de investigação, a quebra de sigilo pode ser pleiteada para a reunião de provas.

**Responsabilidades** – fica definido que sítios e provedores não podem ser responsabilizados por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros. Eles só serão punidos caso a Justiça determine a retirada de determinado conteúdo do ar e a ordem não seja cumprida dentro do prazo estabelecido. Ou seja, não será possível responsabilizar um sítio por comentário ou post feito por usuário.

**Neutralidade de rede** – o texto do Marco Civil da Internet também estabelece que os provedores de internet não podem destinar velocidades diferentes para cada sítio, devendo oferecer tratamento isonômico, independente do conteúdo de cada página. O objetivo da chamada “neutralidade de rede” é evitar que sejam cobrados valores adi-

cionais para conferir velocidade mais alta a este ou àquele sítio eletrônico ou gerador de conteúdo.

**Fiscalização** – a própria sociedade poderá atuar na fiscalização da rede, e qualquer pessoa que se sinta prejudicada poderá se manifestar. O Ministério Público, o Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) poderão ser os encarregados por efetuar a denúncia e o Judiciário será o responsável pela aplicação da lei.

Os efeitos da nova legislação se aplicam apenas aos casos que venham a ocorrer após a entrada em vigor do marco. Os julgamentos referentes a crimes cibernéticos já concluídos serão mantidos.

**Atuação do Poder Público** – ao Estado cabe estabelecer mecanismos de governança transparentes e colaborativos; adotar, preferencialmente, tecnologias e formatos abertos e livres; dar publicidade e disseminar dados e informações públicas. Os portais e sítios de órgãos públicos devem primar pela acessibilidade e facilidade de uso dos serviços do governo. As iniciativas públicas de fomento à cultura digital e promoção da internet devem promover a inclusão digital e buscar reduzir as desigualdades no acesso às tecnologias da informação e comunicação.

Para Eduardo Neger, presidente da Abranet, o Marco Civil é uma iniciativa bastante positiva, mas, na fase atual de discussão na Câmara, considera preocupante a introdução de diversas modificações que distorçam o texto original sem um amplo e prévio debate. “A retirada ou alteração do artigo

15, por exemplo, desfigura de maneira indelével o Projeto de Lei do Marco Civil da Internet. As modificações impõem aos provedores a retirada de conteúdos após a mera notificação de um terceiro, sob pena de se tornarem responsáveis por um conteúdo que não produziram”, explica Neger.

Hoje, os provedores de internet são responsáveis pelo conteúdo original que produzem. No caso de conteúdos publicados por usuários comuns, cabe ao provedor receber eventuais notificações extrajudiciais e remover o material nitidamente impróprio, o que já acontece em casos de pedofilia ou conteúdos cuja propriedade de terceiros é claramente identificada. Em caso de dúvidas, os provedores aguardam e acatam decisão judicial, pois não compete ao provedor decidir sobre eventuais conflitos a respeito do enorme número de conteúdos veiculados em sua plataforma. “Na prática, as alterações no artigo 15 conferem a uma simples notificação a força de uma decisão judicial, configurando um desrespeito à Justiça, ao Direito e à Constituição do Brasil. Coloca-se em risco a liberdade de expressão e a garantia de exercício da cidadania em meios digitais”, contesta Eduardo Neger.

**Votação** – no dia 5 de novembro, a Câmara dos Deputados adiou, pela sexta vez, a votação do projeto do Marco Civil da Internet por falta de acordo entre os parlamentares quanto ao texto. A relatoria do projeto na Câmara é do deputado Alessandro Molon (Partido dos Trabalhadores/PT/RJ), que pretende que a votação aconteça ainda na segunda semana de dezembro. O Partido do Movimento Demo-

## Art. 15

Salvo disposição legal em contrário, o provedor de aplicações de Internet somente poderá ser responsabilizado por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.



crático Brasileiro (PMDB) e o Partido Social Democrático (PSD) apresentam resistências ao texto, criticando a questão da isonomia na oferta dos serviços dos provedores sob a alegação de que o item viola as regras de mercado e livre concorrência. Os partidos da Social Democracia Brasileira (PSDB), Popular Socialista (PPS), Democrático Trabalhista (PDT) e Trabalhista Brasileiro (PTB) também são contra a votação do projeto nesse período.

A lei só entrará em vigor sessenta dias após sua publicação, ou seja, após aprovação no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, em seguida, promulga-

ção pela presidente Dilma Rousseff.

Caso o Marco Civil não seja aprovado ainda este ano, as dificuldades podem aumentar em 2013. O PMDB, partido que se manifestou contra o texto do projeto, assumirá a presidência da Casa e definirá, assim, a pauta de votações por meio do presidente.

O texto continua destinado à votação no plenário da Câmara em caráter de urgência. O andamento do projeto pode ser acompanhado pelo sítio <http://www2.camara.leg.br/>: basta informar o número e o ano do projeto no campo de pesquisa denominado "Proposições".

INTERNET

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

A +A Buscar no Site

A Câmara Deputados Atividade Legislativa Documentos e Pesquisa Comunicação Tr

## Proposições

Projeto de Lei

Número  Ano

Pesquisa Completa Acompanhe por e-mail

## Deputados Federais

Pesquisa Completa Acompanhe por e-mail

Agenda Plenário Comissões

Lista de sessões do plenário Lista de reuniões de comissões

***“O atraso na definição do Marco Legal da internet adia investimentos e inibe a inovação no setor”***

*Eduardo Neger*



A Associação Brasileira da Internet (Abra-net) recomenda, entre outras providências, a educação do usuário como forma de prevenção e diminuição dos crimes virtuais. Como referência, indica a “Cartilha de Segurança para Internet” do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). O material contém recomendações e dicas de como o usuário pode aumentar a sua segurança na internet, apresentando o significado de diversos termos e conceitos utilizados na rede e uma série de orientações.



## NA PRÁTICA

A publicação das novas leis e a possível aprovação do Marco Civil da Internet serão ferramentas importantes para resolução de diversos casos espalhados Brasil afora. Um desses casos foi apreciado pela 3.<sup>a</sup> Turma do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, que deu provimento a recurso interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) para reformar decisão de primeira instância que rejeitou denúncia contra cidadão que estaria praticando o delito de desenvolver, clandestinamente, atividades de telecomunicação. O delito é previsto na Lei 9.472/1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, legislação utilizada à época para embasar a apreciação do processo.

A denúncia descreve que o réu prestava serviço de provedor de acesso à internet, sem autorização da administração, na cidade de Esperantina/PI. A Anatel identificou a irradiação de sinal de 2,4 GHz e um conjunto de equipamentos que permitia a clientes o acesso à internet com o uso de sistema de rádio.

Em primeira instância, o juiz entendeu que a conduta do denunciado não se amolda à atividade de comunicação clandestina, pois se trata de serviço adicional diferenciado, pela própria legislação, da atividade clandestina de telecomunicação.

O MPF alegou que, tratando-se de serviço de comunicação multimídia (SCM) de serviço fixo de telecomunicações e sendo necessária, para sua exploração, a autorização da

A cartilha traz informações quanto a golpes como furto de identidade, golpes em comércio eletrônico e sítios de compras coletivas, ataques e códigos maliciosos na internet, além de instruções e opções de mecanismos de segurança e uso seguro da internet. Acesse: <http://cartilha.cert.br/>.



Anatel, não há dúvidas que, o serviço tendo sido prestado sem a referida autorização, fica caracterizada a prática da conduta ilícita descrita.

O relator do processo no TRF da 1.<sup>a</sup> Região, juiz Tourinho Neto, apontou jurisprudência do Tribunal que indica a atividade exercida pelo provedor de internet como serviço de valor adicionado, pois aproveita um meio físico de comunicação preexistente e exige, portanto, autorização da Anatel. A Resolução 272/01 (<http://legislacao.anatel.gov.br/resolucoes/16-2001/5-resolucao-272>) da Agência também caracteriza a atividade como serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo. A 3.<sup>a</sup> Turma acompanhou o voto do relator e a decisão foi unânime em ratificar a alegação do MPF.

Em processos correlatos, se o novo Marco Civil estiver vigente, a divergência poderá ser menor, pois haverá legislação específica para o tema. O texto do projeto de lei prevê, em seu artigo 9.<sup>o</sup>, a vedação a qualquer discriminação do tráfego de dados que não decorra de requisitos técnicos necessários à prestação adequada dos serviços conforme a regulamentação.

Os serviços clandestinos de provedores de internet não atendem às regras de segurança de registros de conexão e acesso a aplicações da internet dos usuários, bem como às garantias previstas na nova legislação, como a inviolabilidade e sigilo de suas comunicações pela rede, salvo por ordem judicial. ■

# Mutirões de conciliação da Primeira Região celebram 80,89% de acordos

PERCENTUAL FOI ALCANÇADO DURANTE A 7.ª SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO



▀ JAIR CARDOSO

A sétima edição da Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi um sucesso. Segundo o balanço oficial do evento, realizado de 7 a 14 de novembro, em todo o Brasil, os acordos firmados superaram R\$ 700 milhões. Foram 349.544 audiências realizadas no período, que resultaram em um total de 174.790 acordos.

O coordenador-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (Sistcon), desembargador federal Reynaldo Fonseca, representando o presidente Mário César Ribeiro, participou da abertura da Semana Nacional de Conciliação, no dia 8 de novembro. O evento aconteceu no auditório Ministro Sepúlveda Pertence, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A cerimônia contou com a participação do presi-

dente do CNJ, ministro Ayres Britto, e de representantes do Ministério da Justiça, do TJDFT e do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região.

**Primeira Região** – Os resultados alcançados pela Justiça Federal da 1.ª Região foram positivos. Nos sete dias de trabalho, foram realizadas 4.395 audiências, com 3.555 acordos homologados nas áreas previdenciária, Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em ações coletivas envolvendo servidores públicos, execuções de conselhos profissionais, contratos da Caixa Econômica Federal (CEF), danos morais, ações civis públicas, entre outras. Aproximadamente R\$ 65 milhões foram recuperados e um percentual de acordos de 80,89% foi alcançado.

Os números obtidos deixaram o coordenador do SistCon, desembargador federal Reynaldo Fonseca,



Coordenador do Sistcon, desembargador Reynaldo Fonseca (primeiro à dir.), e autoridades durante cerimônia de abertura da Semana Nacional de Conciliação

satisfeito. “O resultado superou, outra vez, as expectativas da Justiça Federal. Na verdade, não existe mais uma semana nacional. O Movimento Nacional de Conciliação está consolidado, sendo realizado o ano inteiro. No caso da Primeira Região, homologamos mais de 95 mil acordos em 2012. Tal dado é significativo e alcança, na verdade, cerca de 500 mil pessoas, considerando a média das famílias brasileiras”, afirma Reynaldo Fonseca.

Para Reynaldo Fonseca um dos destaques da Semana Nacional de Conciliação foi o megamutirão realizado pela Seção Judiciária da Bahia (SJBA), que realizou conciliações nas áreas do SFH, comercial, CONSTRUCARD, conselhos profissionais, FGTS, entre outros. Na ocasião, foram realizados 520 acordos e R\$ 23 milhões em valores foram negociados.

“A conciliação é uma mudança de paradigma na resolução dos conflitos judiciais. É a única forma em que ambas as partes saem satisfeitas com o resultado. Além disso, ela valoriza o princípio da celeridade processual, uma vez que também é a maneira mais rápida e econômica de solução da lide”, avaliou o coordenador adjunto do Núcleo de Conciliação da SJBA, juiz federal João Paulo Pirôpo de Abreu.

Outro destaque positivo foi o trabalho desenvolvido pela Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), cuja Central de Conciliação realizou dois acordos em ações coletivas, o que beneficiou mais de mil servidores públicos. No total, foram realizadas 62 audiências, 37 acordos homologados e R\$ 4,5 milhões em valores foram negociados.



Mutirão de conciliação na SJDF

A Subseção Judiciária de Tefé/ AM também se destacou durante a Semana Nacional de Conciliação. Entre os dias 6 e 10 de novembro, foram realizadas 86 audiências, com 49 acordos homologados (57%). Mais de R\$ 257 mil em valores foram negociados. “O mutirão de Tefé foi uma ótima experiência não só para mim e equipe de servidores envolvidos, mas também para os jurisdicionados e demais órgãos envolvidos, especialmente o INSS”, afirma a juíza federal Ana Paula Podedworny.

“É a conciliação chegando ao interior do Brasil e consolidando a promessa do constitucionalismo fraternal previsto no art. 3.º da Carta da República”, disse o coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, Reynaldo Fonseca, ao avaliar os números obtidos pelo mutirão de conciliação realizado em Tefé.

**Conciliação em 2012** – Desde o início de 2012, o SistCon já totaliza 95.576 acordos homologados, superando, de forma antecipada, a estatística anual de 2011, quando foram homologadas 87 mil transações. Somente no mês de novembro deste ano, as 14 unidades federativas e o TRF da 1.ª Região realizaram 7.957 acordos.

Para a juíza federal Gilda Sigmaringa Seixas, coordenadora do Núcleo de Conciliação da SJDF, “os números da Primeira Região evidenciam que o Movimento Nacional de Conciliação não se resume mais a uma semana. É um

movimento forte e vibrante o ano inteiro. A cultura está consolidada na Justiça Federal”.

Os números da conciliação na Primeira Região crescem ano a ano. E a meta para 2013 é ainda mais ambiciosa, conforme explica o desembargador Reynaldo Fonseca. “No ano que vem, esperamos superar a marca de 100 mil transações homologadas”.

Para cumprir essa meta, o coordenador do SistCon destaca que é preciso “dar continuidade aos trabalhos já iniciados, mas, também, incrementar, de forma definitiva, a chamada conciliação pré-processual (especialmente na área previdenciária e dos conselhos profissionais) e a capacitação dos conciliadores, instrutores e magistrados, pois a mediação e conciliação não podem ser implementadas de forma intuitiva. São técnicas, que merecem ser adquiridas, vivenciadas, aprofundadas e revistas sempre.

O SistCon na Primeira Região tem a coordenação geral do desembargador federal Reynaldo Fonseca e local dos juizes federais Gilda Sigmaringa (DF), Jaiza Fraxe (AM), Jaqueline Gurgel (RO), Maria Elisa Andrade (RR), Lívia Peres (AP), Hind Kayath (PA), Evaldo Filho (MG), André Prado de Vasconcelos (MG), Euler Júnior (GO), Marcelo Albanaz (TO), Régis Araújo (AC), José Carlos Madeira (MA), Jaqueline do Amaral (PI), Cesar Augusto Bearsi (MT) e Ana Carolina Fernandes (BA). ■

# Servidores fazem treinamento sobre o novo subsistema do Siafi

MAIS MODERNO, SISTEMA TRAZ INOVAÇÕES PARA OS OPERADORES

ELIANE WIRTHMANN/ LUIZA NOVETTI

A Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região (Unicorp) realizou, de 28 a 30 de novembro, na sede do CJF, em Brasília, a segunda etapa do treinamento sobre o novo Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR) do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Ao todo, 44 servidores do TRF da 1.<sup>a</sup> Região, de todas as seções judiciárias e do CJF participaram do evento realizado em parceria com o Conselho. O Siafi, criado em 1986, já passou por mudanças no início deste ano e deve passar por uma nova atualização em janeiro de 2013.

Programação financeira, liquidação da folha de pagamento e suprimento de fundos foram alguns dos assuntos abordados no treinamento. “Têm sido feitas alterações constantes no sistema e nós precisamos manter os servidores atualizados”, explica a servidora da Secretaria de Controle Interno do TRF e instrutora do curso, Juciane Pereira da Silva.

A partir de agora, o sistema tem uma interface similar a uma página da internet, o que proporcionou várias opções de consulta e tornou mais simples o registro de documentos. “Desta forma, o sistema está mais fácil de manipular

o que reduzirá as dúvidas dos usuários, principalmente dos servidores mais novos que atuam na área”, informou Juciane que é supervisora de Seção de Monitoramento e Avaliação da Gestão (Semog), da Divisão de Análise Contábil e Controle (Dicoc).

Durante o treinamento, os participantes puderam vivenciar o instrumento na prática. “Fizemos atividades em que eles inseriram os registros contábeis na rede, do mesmo modo como eles farão em seus setores”, explicou a monitora. A oportunidade abriu espaço para questionamentos dos participantes e conseqüentemente esclarecimento das dúvidas surgidas. Segundo Juciane os pontos que geraram mais ambigüidade foram regularizações contábeis e pagamentos com situações não disponibilizadas no sistema.

Apesar das dificuldades para dominar de imediato as alterações aplicadas ao sistema e suas ferramentas, Carmem Dolores, supervisora da Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro da Seção Judiciária do Piauí gostou do novo formato e diz que o desafio agora é o acesso à internet em razão da infraestrutura de rede. Já o servidor da Seção Judiciária do Amapá, Ângelo Almeida, acredita que a adaptação se dará rapidamente. “Tudo que é novo causa espanto e dificuldade, mas acredito que em curto espaço de tempo os colegas estarão preparados para trabalhar com o novo CPR. É um sistema excelente que traz muitas inovações e adaptações”, diz ele.

Aos que tiverem dúvidas no manuseio do novo instrumento, basta entrar em contato com o canal de esclarecimento, pelo e-mail [dicoc@trf1.jus.br](mailto:dicoc@trf1.jus.br), ou pelo telefone (61) 3410-3383/3380. ■

Aos que tiverem dúvidas no manuseio do novo instrumento, basta entrar em contato com o canal de esclarecimento, pelo e-mail [dicoc@trf1.jus.br](mailto:dicoc@trf1.jus.br), ou pelo telefone (61) 3410-3383/3380. ■



TRF1ª SJAC SJAM SJAP SJBA **SJDF** SJGO SJMA SJMG SJMT SJPA SJPI SJRD

**JUSTIÇA FEDERAL**  
Seção Judiciária do Distrito Federal

Intranet

Comunicação Social Magistrado Ser

A- A A+

**Institucional** ▾  
**Processual** ▾  
**Jurisprudência** ▾  
**Juizado Especial Federal** ▾  
**Publicações** ▾  
**Legislação** ▾  
**Serviços** ▾  
**Biblioteca** ▾  
**Educação Corporativa** ▾  
**Concursos** ▾  
**Transparência** ▾

**Consulta Processual**

Órgão  
JFDF ▾

N. do Processo  
Processo **Ok**

► Outras opções de consulta



**Notícias**



**Central de Conciliação recebe visita de conselheiro do CNJ**  
Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) José Roberto Neves Amorim visita a Central de Conciliação da Justiça Federal do Distrito Federal.

**Justiça Federal julga improcedente pedido de servidores do Senado sobre hora extra**

**Comunicado sobre possíveis fraudes**

► Mais Notícias

**Avisos**

Assistência Ju

RICARDO CASSIANO

Todas as 14 seções judiciárias da Justiça Federal da 1.ª Região já contam com novos portais na internet. No dia 28 de novembro, as seccionais de Minas Gerais e da Bahia – as duas maiores – inauguraram seus novos sítios, concluindo a fase de implantação dos portais nas seções judiciárias, que seguem identidade visual adotada no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

O cronograma de implantação foi proposto pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin/TRF) no fim de outubro, quando representantes da área de informática de todas as seccionais foram a Brasília participar

do treinamento no novo portal, realizado no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). A primeira a concluir a adaptação foi a Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), seguida das seccionais do Amapá, de Tocantins e de Roraima.

A migração e customização do portal do TRF estão previstas no contrato firmado pelo Tribunal, em janeiro de 2011, com a empresa XTI Informática, vencedora da licitação. A implantação teve como ponto de partida a Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (Unicorp), que estreou o novo site em novembro de 2011. Em seguida,



# Implantação dos novos portais é concluída em todas as seccionais da 1.ª Região

COM A MIGRAÇÃO, AS PÁGINAS ELETRÔNICAS DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS PASSARAM A TER A MESMA IDENTIDADE VISUAL DO PORTAL DO TRF, INAUGURADO EM AGOSTO DESTE ANO

o TRF migrou seu sistema para a nova plataforma, mais moderna, funcional e de fácil navegação.

A partir de agora, todos os portais da 1.ª Região terão o suporte técnico da Secin, que centralizou o *software* utilizado na nova ferramenta. A gestão de conteúdo, porém, ficará a cargo de cada seccional. “Eles têm uma autonomia total de conteúdo e acessos”, afirma o diretor da Divisão de Sistemas Administrativos (Disad/Secin), Mário de Sena Braga Júnior. O servidor, responsável pela implantação dos portais, explica que eventuais modificações mais avançadas ou inclusão de novas

“páginas” deverão ser disciplinadas pela Secin.

Em mensagem encaminhada aos servidores da secretaria, o diretor da unidade, Robertwo Petruff, ressaltou a importância da implantação dos portais para magistrados, servidores, jurisdicionados e advogados. O diretor classificou como “decisiva” a contribuição das seccionais para o cumprimento do cronograma e estendeu os agradecimentos a toda a equipe do Tribunal. “Agradeço o comprometimento e dedicação da equipe técnica, composta por servidores e colaboradores, que não mediram esforços para o sucesso da empreitada”, assinalou o diretor. ■



# Inaugurada Subseção Judiciária de Tucuruí

MEIO MILHÃO DE PESSOAS  
TERÃO ACESSO FACILITADO À  
JUSTIÇA FEDERAL

IVANI MORAIS

O estado do Pará foi contemplado com mais uma unidade da Justiça Federal com a inauguração, no dia 22 de novembro, da Subseção Judiciária de Tucuruí. Trata-se da sétima subseção judiciária instalada no interior do estado, que vem se somar às subseccionais de Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal, Paragominas e Redenção. Ao todo, serão beneficiadas aproximadamente meio milhão de pessoas que vivem nos seis municípios sob a jurisdição da vara federal de Tucuruí, município que abriga a 4.ª maior usina hidrelétrica do mundo.

Para o presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, que instalou a Subseção Judiciária de Tucuruí ao lado do diretor do foro da Seção Judiciária do Pará, juiz federal Ruy Dias de Souza Filho, o feito, além de trazer redobrada

alegria para o Tribunal, foi resultado árduo do trabalho de magistrados, servidores e colaboradores, todos envolvidos no processo de interiorização da Justiça Federal. Processo esse que, na avaliação do diretor do foro da seccional paraense, Ruy Dias, é, no estado do Pará, ao mesmo tempo, uma imposição e um desafio, considerando as dimensões continentais da Primeira Região. “A imposição deve-se à necessidade de proporcionar as mínimas condições possíveis para que as pessoas que residem em lugares distantes não se sintam intimidadas em acorrer ao Judiciário em decorrência das enormes distâncias. E o desafio consiste em dotar-se o Judiciário de condições estruturais para evitar que feneçam as esperanças, as pretensões de pessoas que, em sua esmagadora maioria, não querem o impossível, ao contrário, buscam direitos banais”, explica o magistrado.



FOTOS: LEONARDO COSTA

Descerramento da placa:  
momento de comemoração

A nova subseção judiciária tem competência geral, sendo ainda de juizado especial federal adjunto cível e criminal, o que, na visão do presidente Mário César Ribeiro, constitui fator de melhoria e celeridade na prestação jurisdicional. “A instalação de uma vara com competência em JEF é poderosa ferramenta que possibilita assegurar efetiva garantia à razoável duração do processo, proporcionando uma prestação jurisdicional mais célere”, afirmou. Na avaliação do presidente do Tribunal, a celeridade é uma das metas presentes a orientar os passos dos magistrados na administração da justiça. “A longa duração dos feitos, além de desestimular grande parte das pessoas, em especial aquelas que não podem arcar com os custos de um processo prolongado, perpetua a lesão a direito e torna, na maioria das vezes, ineficaz a decisão alcançada, quando de sua concretização”, ressaltou.

À frente dos trabalhos da nova vara, o juiz federal Marcelo Honorato com sua equipe de 20 servidores, alguns empossados momentos após a solenidade, e outros, removidos de outras seccionais da Primeira Região. Consciente do tamanho da responsabilidade que o aguarda, ele agradeceu o apoio do Tribunal e da seccional do Pará para que a instalação fosse possível. “Receber uma subseção nas condições que recebemos não é fácil e para nós agora o compromisso é muito mais sério: fazer com que isso tudo funcione em prol da população; fazer com que a justiça

realmente se concretize”. E anunciou: “A subseção já está preparada para receber os processos das outras subseções que, com a criação dessa, vão ser descentralizados; e vamos ativar o protocolo, de forma atender os anseios da comunidade local”.

Ao avaliar o perfil do jurisdicionado da região, o juiz Marcelo Honorato acredita que, além de matérias ambientais e de improbidade administrativa, o maior volume de causas deverá abordar questões previdenciárias. “Aqui nós temos muitos segurados especiais: pescadores e agricultores; e essas pessoas, como não têm recolhimento periódico da previdência social, têm dificuldade de comprovar sua condição; então o Juizado acaba em 80% dos casos tendo esse tipo de litígio”, explica.

A chegada da Justiça Federal na cidade também agradeceu a prefeita em exercício, Henilda Santos, que ressaltou, satisfeita, os ganhos para a região. “Com certeza o município vai ganhar muito e também toda a região, pois já havia uma necessidade da população. É um município que precisa: nós temos uma hidrelétrica, temos muitos conflitos ambientais e muitas outras causas que precisam sim da vara federal”. Ela ainda falou da importância da parceria dos três poderes em prol da população. “Essa parceria vai ser muito importante para a população, pois só assim pode haver um desenvolvimento que busque uma qualidade de vida melhor para todos, com os três poderes unidos”.



Acima, autoridades durante a apresentação do hino nacional, e, ao lado, com os servidores da nova subseção



## CONVÊNIO

Como parte da solenidade, foi celebrado convênio entre a Subseção Judiciária de Tucuuruí e a Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel para concessão de estágio a estudantes de cursos de graduação. A iniciativa tem por objetivo a interação entre a nova subseção judiciária e a comunidade, tanto para beneficiar os estudantes quanto os jurisdicionados.

Compuseram a mesa de honra, além do presidente do Tribunal, do diretor da SJPA e do diretor da nova subseção judiciária, a prefeita em exercício de Tucuuruí, Henilda Dias Miranda Santos, a representante do Poder Legislativo Municipal, vereadora Edileusa Paixão Meireles, a

representante do Ministério Público Estadual em Tucuuruí, promotora de justiça Cristina Mithiko Taketa Morikawa e a presidente da OAB/Subseção de Tucuuruí, Sílvia Heloisa Bechara Sodré.

Prestigiaram o evento, ainda, diversas autoridades militares e civis dos três poderes e do cenário político e jurídico regional, entre elas o juiz federal da SJPA, Daniel Santos Rocha Sobral, o secretário-geral da Presidência do TRF, Paulo Cardoso de Oliveira, o presidente da Comissão de Novas Varas, Carlos Frederico Maia Bezerra, o diretor da Secad/PA, José Luiz Miranda Rodrigues, e o diretor da Subseção Judiciária de Tucuuruí, Evandro José Guimarães Filho. ■

# Seção Judiciária de Minas Gerais passa por correição ordinária

EQUIPE DA COGER ATUOU NA SECCIONAL E EM MAIS TRÊS SUBSEÇÕES MINEIRAS

▼ CARLA POPPE/ CRISTIANNE CALLADO/ SECOS MG

No dia 5 de novembro, o corregedor regional da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros, abriu os trabalhos da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. A mesa de honra da solenidade foi composta, ainda, pelo diretor do foro da SJMG, juiz federal Guilherme Mendonça Doepler, e pelo juiz federal em auxílio à Corregedoria, Lincoln Rodrigues de Faria, representando os demais juízes federais auxiliares presentes.

O corregedor Carlos Olavo afirmou que a correição em Minas Gerais tem menos o caráter de fiscalizar. Segundo ele, a natureza da correição é ouvir para, futuramente, poder corrigir e aprimorar os serviços da Justiça Federal.

Por sua vez, o diretor do foro, Guilherme Doepler, ao dar as boas-vindas ao corregedor e aos juízes federais auxiliares, colocou a Diretoria do Foro e a Secretaria Administrativa à inteira disposição da equipe de trabalho. Além da Seccional, os trabalhos de correição alcançaram as subseções judiciárias de Sete Lagoas, Divinópolis e Contagem.

**Encerramento** - Na tarde do dia 23 de novembro, foi encerrada a Correição Geral Ordinária realizada na sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e nas subseções judiciárias de Sete Lagoas, Divinópolis e Contagem.

O encerramento foi marcado por breve ato solene e lanche oferecido pela Ajufemg (Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais). O evento teve por objetivo promover a confraternização entre os magistrados e homenagear o corregedor regional da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros.

Cerca de 40 magistrados prestigiaram a cerimônia presidida pelo corregedor regional – que compôs a mesa de honra ao lado dos juízes federais Guilherme Mendonça Doepler, diretor do foro da seccional de Minas Gerais, e José Carlos Machado Júnior, presidente da Ajufemg. Este foi o primeiro a discursar. Agradeceu ao corregedor pelo apoio e, em nome dos demais juízes federais, sugeriu ao TRF a criação de mais turmas recursais

dos Juizados Especiais Federais na seccional mineira.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Guilherme Mendonça Doepler, falou em seguida, destacando que esta foi uma das mais leves e produtivas correições já realizadas na seccional. Elogiou o corregedor Carlos Olavo e sua equipe, observando que os trabalhos transcorreram em ambiente agradável e cortês. Saudou a iniciativa da Ajufemg de reunir os magistrados para a homenagem e entregou ao corregedor Carlos Olavo um ofício - no qual foram listadas as principais dificuldades da seccional. Conforme o dirigente da SJMG, tais dificuldades foram acarretadas porque o crescimento da seccional, a maior da 1.ª Região, foi desproporcional ao reduzido quadro funcional.

“Temos uma equipe dedicada, comprometida com os trabalhos” - declarou o diretor do foro, enfatizando que a seção judiciária tenta manter o padrão de qualidade dos seus serviços, apesar do déficit de recursos humanos.

O corregedor regional Carlos Olavo agradeceu a todos pela homenagem e recebeu o ofício, comprometendo-se a encaminhar o documento à Presidência do TRF/ 1.ª Região.

“Conheço e amo Minas. Minha alegria de estar aqui é incommensurável, pois vejo juízes federais se dedicando de corpo e alma. Sei da qualidade intelectual e moral dos juízes de Minas Gerais - é um padrão de Justiça!” - disse o corregedor regional Carlos Olavo (foto). ■



# Inauguração da 2.<sup>a</sup> Vara em Ji-Paraná ampliará atuação da Justiça Federal no município

JURISDIÇÃO DA SUBSEÇÃO ABRANGERÁ 34 MUNICÍPIOS DA REGIÃO

▼ MARA BESSA

O coração de Rondônia, como é popularmente conhecida a cidade de Ji-Paraná, foi contemplado no dia 29 de novembro, com a instalação da segunda vara federal do município, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Mário César Ribeiro. Com aproximadamente 119 mil habitantes, o município está situado em região estratégica, sendo o segundo mais importante do estado. A jurisdição da subseção abrange 34 municípios da região, número superior ao da própria Seção Judiciária de Rondônia.

A relevância do município para o desenvolvimento de todo o estado de Rondônia foi ressaltada pelo presidente Mário César Ribeiro, durante a solenidade de instalação da nova vara. "Ji-Paraná é um município jovem, que completou 35 anos no último dia 22 de novembro e tem uma economia crescente, englobando todos os setores, desde o agronegócio, o comércio, a indústria e o setor de serviços, e detém o segundo maior PIB do estado."

O presidente falou ainda da importância de ampliação da subseção de Ji-Paraná, inaugurada em 13 de janeiro de 2006, pelo então presidente Aloísio Palmeira Lima. "Metade do acervo de 13.768 processos que tramitam na Primeira Vara e no Juizado Especial Federal desta subseção passa para a nova vara ora instalada, que está apta a funcionar, imediatamente, dando mais um passo no sentido de ampliar a atuação da Justiça Federal neste estado e de abreviar a tramitação dos feitos aqui em Rondônia", afirmou.

Para o diretor do foro da Seção Judiciária de Rondônia, Rodrigo de Godoy Mendes, a segunda vara "surge em período de interiorização da Justiça Federal. Em um Estado,



Com a instalação, Ji-Paraná amplia capacidade de atendimento

como Rondônia, em que os municípios são separados por longas distâncias, é louvável o processo de interiorização da Justiça Federal que permite, principalmente ao jurisdicionado de menor poder aquisitivo – o maior cliente dos juizados especiais federais –, demandar por seus direitos mais fundamentais", afirmou o magistrado.

O juiz Rodrigo Godoy listou, ainda, fatos que promoverão a melhoria, em breve, dos serviços já prestados pela subseccional, como a construção de sede própria para o órgão e a instalação de subseção judiciária em Vilhena – que abarcará parte dos municípios atualmente sob jurisdição da subseção ji-paraense e desafogará as duas varas que a compõem –, prevista para ocorrer em agosto de 2013.

A nova vara será conduzida, a princípio, pelo diretor da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, juiz federal Flávio da Silva Andrade, e contará ainda com 13 servidores, empossados após o descerramento da placa e do desenlace da fita inaugural da nova unidade, que atenderá ao público externo a partir do dia 6 de dezembro, tendo em vista que ainda



FOTOS: MAURO PUTINI



Ao lado, apresentação musical da Associação dos Amigos da Orquestra  
Abaixo, os novos servidores empossados

estão sendo tomadas providências de ordem material e administrativa para o funcionamento pleno da 2.<sup>a</sup> Vara Federal.

Em discurso, o diretor da subseção, Flávio Andrade, disse que a presença da Justiça Federal no município acarretou significativo desenvolvimento econômico. “Mais de R\$ 8 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) foram pagos, de janeiro a outubro deste ano.” O magistrado aproveitou ainda para agradecer o empenho do TRF da 1.<sup>a</sup> Região para que a instalação da vara se realizasse.

A certeza do desenvolvimento acarretado pela presença do órgão do judiciário federal no município também foi compartilhada pelo prefeito da cidade, José de Abreu Bianco. “Hoje estamos consolidando a liderança de Ji-Paraná no processo desenvolvimentista em Rondônia”, disse.

A solenidade contou ainda com a apresentação musical da Associação dos Amigos da Orquestra, entidade sem fins lucrativos que desenvolve o projeto “Orquestra em Ação”, visando à inclusão sociocultural de crianças, jovens e pessoas da comunidade por meio da iniciação e aprimoramento musicais.

A mesa solene foi dirigida pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Mário César Ribeiro, tendo ainda em sua composição o diretor do foro da SJRO, Rodrigo de Godoy Mendes, o prefeito de Ji-Paraná, José de Abreu Bianco, a representante da Câmara Municipal e do senador Valdir Raupp, vereadora Solange Pereira, o diretor da sub-



seção do município, Flávio da Silva Andrade, o coordenador substituto da Procuradoria da República no local, procurador Roberson Henrique Pozzobon, e o presidente da OAB/Subseção de Ji-Paraná, Jacinto Dias.

Diversas autoridades dos três poderes prestigiaram a inauguração da nova vara, entre elas o procurador chefe da Advocacia-Geral da União no município, Adalberto Jorge Silva Porto, o defensor público do estado de Rondônia, Walmir Júnior Rodrigues Fornazari, além de magistrados da justiça estadual e do trabalho, representantes da polícia federal e rodoviária federal, do Corpo de Bombeiros, do INSS e da Caixa Econômica Federal.

Também estiveram presentes à solenidade o secretário-geral da Presidência do TRF, Paulo Cardoso de Oliveira, o presidente da Comissão de Instalação das Novas Varas, Carlos Frederico Maia Bezerra, o diretor da Secretaria Administrativa da Seccional de Rondônia, Waldirney Guimarães de Resende, e servidores da Justiça Federal. ■



# Encontro Nacional do Poder Judiciário debate temas relevantes para o país

COMBATE À CORRUPÇÃO E UM NOVO MODO DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE FORAM DESTAQUES DO EVENTO

THAINÁ SALVIATO

Presidentes e corregedores de diversos tribunais brasileiros participaram da sexta edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada nos dias 5 e 6 de novembro, no auditório do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), em Aracaju.

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, participou do evento juntamente com o corregedor regional da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros, do desembargador federal I'talo Mendes – representante da subcomissão de metas do TRF da Primeira Região – e do juiz federal em auxílio à Corregedoria Regional, César Jatahy Fonse-

ca. Também estiveram presentes o diretor-geral do TRF da 1.ª Região, Roberto Elias Cavalcante, e o diretor da Divisão de Estatística (Diest) do Tribunal, Sérgio Carlos Tres e Silva.

A abertura do evento foi realizada pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, que na ocasião, destacou dois eixos temáticos principais do VI Encontro: combate à corrupção e um novo modo de comunicação com a sociedade, além da análise das propostas e novas metas e ações para 2013. “O CNJ vem para um encontro como este dizer que está a serviço do Poder Judiciário brasileiro”, disse o ministro em seu discurso.

Durante o segundo dia de atividades, o encontro contou com a participação de palestrantes que não integram o âmbito jurídico. “Trata-se de um olhar externo, científico e cívico de quem acompanha nosso dia a dia institucional”, acrescentou o ministro Ayres Britto. Um dos palestrantes foi o empresário Jorge Gerdau, que abordou o tema “Gestão do Poder Judiciário: o olhar do administrador”. Para ele, o Judiciário está no caminho certo ao estabelecer um planejamento estratégico focado na otimização dos recursos públicos e na busca de maior celeridade na tramitação dos processos judiciais.

A jornalista Eliane Cantanhêde também palestrou sobre a gestão do Poder Judiciário, porém sob o olhar da sociedade. Ela destacou que, nos últimos dez anos, houve maior aproximação entre os magistrados e a população, o que

garante mais transparência e fortalece a democracia.

Neste ano, as atividades do encontro foram organizadas em reuniões setoriais, divididas por ramo da Justiça (Estadual, Federal, Militar, Eleitoral e do Trabalho). O objetivo da divisão foi a promoção da discussão, entre os dirigentes, de questões específicas enfrentadas em cada segmento.

Os temas em debate foram diversos: auxílio ao governo no combate à violência em São Paulo; comunicação estratégica e profissional no Judiciário; utilização do processo eletrônico; planejamento estratégico e maior cooperação entre os ramos do Judiciário. Todas as propostas aprovadas durante as discussões setoriais foram levadas à plenária final, quando os presidentes definiram as metas a serem seguidas pelo Judiciário nos próximos anos.



Presidente Mário César ladeado pelo desembargador federal Ítalo Mendes e pelo diretor-geral Roberto Cavalcante

## O TRF e as metas de 2012

Desde 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base na Resolução CNJ 70/2009, estipula, anualmente, por meio de encontros entre presidentes e corregedores dos tribunais, metas nacionais para o Poder Judiciário. Em 2011, o Conselho instituiu a Comissão Nacional de Metas para facilitar a interlocução dos tribunais com o CNJ e as subcomissões. No Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, os representantes da subcomissão de metas são o desembargador federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes (titular) e o juiz federal em auxílio à Presidência Marcos Augusto de Souza (substituto).

Os resultados finais referentes ao cumprimento das metas estipuladas para o ano de 2012 só serão conhecidos em janeiro. No entanto, com base nos resultados parciais já computados, é possível identificar que o Tribunal já cumpriu três metas por completo e tem previsão de cumprimento, ainda este ano, para as outras quatro metas estipuladas. Confira:



Presidente do TRF/ 1.ª Região, Mário César Ribeiro, e o diretor-geral Roberto Cavalcante durante evento

- **Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012: meta com previsão de cumprimento ainda em 2012;**

- **Meta 2 – Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007 na Justiça Federal e dos processos distribuídos de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais: Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012: Meta com previsão de cumprimento ainda em 2012;**

- **Meta 3 – Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça: o novo portal do TRF entrou no ar no dia 27 de agosto, atendendo aos requisitos estabelecidos;**

- **Meta 4 – Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação (Recomendação CNJ 38): o Tribunal constituiu o Núcleo por meio da Portaria Presi/Cenag 339, de 27/09/2012;**

- **Meta 5 – Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento: o sistema já se encontra disponível no portal do TRF da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), no menu “Despesas processuais”;**

- **Meta 10 – Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011): Meta com previsão de cumprimento ainda em 2012;**

- **Meta 11 – Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais: Meta com previsão de cumprimento ainda em 2012.**

# Metas e recomendações para 2013

Durante o encontro, também foram definidas as Recomendações à Gestão Estratégica, as Metas Nacionais do Poder Judiciário e as Metas de Improbidade Administrativa. As bases para definição das recomendações à Gestão Estratégica para 2013 foram extraídas do Diagnóstico da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, realizado a partir de questionários dirigidos a todos os tribunais. O CNJ acompanhará o cumprimento destas recomendações por meio de questionário de diagnóstico anual.

Confira as metas gerais e recomendações para 2013:

## PARA TODOS OS SEGMENTOS DE JUSTIÇA

- **Meta 1** – Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.
- **Meta 2** – Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais.
- **Meta 16** – Fortalecer a unidade de controle interno no Tribunal.
- **Meta 17** – Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.
- **Recomendação 1** – É necessária a definição de uma política de comunicação integrada para o Poder Judiciário que preserve a autonomia dos tribunais.
- **Recomendação 2** – Elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia.

## PARA A JUSTIÇA FEDERAL

- **Meta 5** – Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012.
- **Meta 6** – Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamentos de rotinas) em 100% das turmas recursais.

## PARA JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL

- **Meta 18** – Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

## PARA JUSTIÇA FEDERAL, ESTADUAL E ELEITORAL

- **Meta 19** – Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

## PARA JUSTIÇA FEDERAL E ELEITORAL

- **Recomendação 3** – Engajar todos, alta administração e colaboradores, com a estratégia.

## PARA JUSTIÇA ESTADUAL E MILITAR

- **Recomendação 4** - Elaborar planos de aquisição integrados à estratégia.

## PARA JUSTIÇA ELEITORAL

- **Recomendação 5** – Garantir a estrutura mínima das unidades de planejamento para atendimento às demandas existentes. ■



## Campanha “Doe Sangue, Doe Vida” reúne doadores na seccional do DF

ESTE ANO UM KIT COM CAMISETA E FOLDERES EXPLICATIVOS FOI DISTRIBUÍDO AOS COLABORADORES

▼ LUIZA NOVETTI/ MC

Para comemorar o mês do doador de sangue, foi organizado, no dia 29 de novembro, mais uma edição da campanha “Doe Sangue, Doe Vida”, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, promovida pelo Setor de Serviço Social (Setsoc), vinculado à Divisão de Assistência à Saúde/ Secbe. Este ano, as doações foram feitas nas instalações da Seção Judiciária do Distrito Federal, o que proporcionou maior conforto aos doadores.

A ação foi realizada com o auxílio do Hemocentro de

Brasília fortalecendo uma parceria que dura mais de 15 anos. “Nós trazemos todos os materiais necessários. Máscaras, lanches, materiais de coleta, impressora. Tudo o que é preciso para a realização das doações, o Hemocentro disponibiliza”, contou a responsável pela coordenação da coleta externa da instituição, Carmen Silva.

Além dos materiais, uma equipe completa foi trazida para atender os doadores do TRF. “Nosso grupo é composto por um médico, uma enfermeira, quatro técnicos em enfermagem,

dois técnicos administrativos, uma captadora de doadores além da responsável pelos lanches e os motoristas”, especificou Carmen.

Para abrigar os profissionais do Hemocentro, a estrutura foi organizada em cinco salas disponibilizadas no prédio da SJDF. “Uma para recepção, outra para pré-triagem, uma para a entrevista com o médico, a sala de doações e, por último, o local para o lanche”, explicou a encarregada pelo Setsoc, Maria Ângela Paes.

Iraci Pereira, supervisora da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip), foi uma das doadoras. “Eu faço doações no Hemocentro também, há muitos anos”, contou a servidora ao destacar ainda a importância de campanhas como esta. “É uma forma de conscientizar as pessoas”, opinou.

A coordenadora da ação e representante do Hemocentro no evento concordou com a servidora. “Parcerias como esta são importantes para fazer a divulgação. Algumas pessoas que nunca doaram passam a conhecer o processo e acabam se tornando doadores frequentes”, comentou Carmen.



A campanha tem incentivado muitas pessoas. É o caso de Cindhianzelys Kárenn de Lima (foto), prestadora de serviços também lotada na Corip. Ela conta que começou a doar com a campanha “Doe Sangue, Doe Vida”. “Sempre que eles vêm eu doo. Acho que todos deveriam fazer isso, é uma forma de demonstrar que pensamos no bem estar dos outros também”, considerou.

## CONDIÇÕES PARA DOAÇÃO

- Gozar de boa saúde;
- Estar alimentado (evitar alimentos gordurosos até três horas antes da doação);
- Não estar em uso de medicamentos;
- Ter entre 16 a 67 anos de idade (16 e 17 anos, mediante consentimento formal do responsável legal);
- Pesar acima de 50 quilos;
- Ter dormido pelo menos 06 horas, com qualidade, na noite anterior à doação;
- Não praticar exercícios físicos nas 12 horas anteriores à doação;
- Não ingerir bebida alcoólica nas 12 horas anteriores à doação;
- Não ter se submetido à endoscopia há 6 meses;
- Não ter feito tatuagem, piercing ou maquiagem definitiva há 12 meses;
- Evitar fumar 02 horas antes da doação.

## QUEM NÃO PODE DOAR SANGUE

- Portadores de doenças infectocontagiosas, tais como: AIDS, Sífilis, Chagas, Malária, Hepatite B ou C;
- Parceiros sexuais de pessoas infectadas pelo HIV (AIDS);
- Pessoas com múltiplos (as) parceiros (as) sexuais; pessoas que mantiveram relação sexual sem o uso de preservativo nos últimos 12 meses;
- Usuários de Drogas Injetáveis (UDI);
- Mulheres grávidas, amamentando (nos primeiros 12 meses) ou que tiveram aborto nos últimos 3 meses;
- Pessoas que estiveram em região endêmica para malária nos últimos 12 meses anteriores à doação.

Demais situações relacionadas à questão, serão avaliadas na Triagem Clínica.

**LEMBRE-SE:** ao chegar ao Hemocentro você é um candidato à doação e passará por uma avaliação clínica, que determinará se está apto ou não para doar.

FOTOS: BETONOCITI



Marisbela recebe o kit das mãos de Maria Ângela, encarregada do Setsoc

Quem participou da campanha deste ano, foi surpreendido com o *kit* de doação oferecido pelo Setsoc. O *kit* continha uma camiseta da campanha “Doe Sangue, Doe Vida”, um mousepad, folhetos explicativos em agradecimento. “É uma forma de incentivar os doadores deste ano a virarem colaboradores frequentes. Os *kits* são para nossos ‘heróis’”, contou Maria Ângela, encarregada pelo Setsoc.

Aos doadores que já eram cadastrados no banco do Setsoc, os *kits* foram entregues no dia 28 de novembro. Aos novos colaboradores, as lembranças foram entregues no dia da doação.

Para Marisbela de Lourdes Barbosa, analista judiciária do Gabinete da Corregedoria Regional (Gager), a colaboração vai além, é um ato de solidariedade. “Nós nunca sabemos se uma fatalidade vai acontecer com a gente ou alguém próximo, e se vamos precisar de doações de

## CUIDADOS APÓS A DOAÇÃO

- Permanecer na área de doação por, pelo menos, 15 minutos;
- Ingerir bastante líquido nas 24 horas seguintes à doação;
- Não ingerir bebidas alcoólicas nas 24 horas seguintes à doação;
- Evitar esforços físicos exagerados e trabalho que exija muita atenção nas 12 horas seguintes à doação;
- Não dirigir veículos pesados ou coletivos;
- Não dirigir motocicletas caso seja a primeira doação.

Intervalo mínimo entre as doações:

- Homens: 60 dias  
(podem doar até 4 vezes em 12 meses)
- Mulheres: 90 dias  
(podem doar até 3 vezes em 12 meses)



Equipe do Setsoc/Secbe promove campanha em parceria com o Hemocentro de Brasília

sangue um dia. Por isso precisamos ajudar quem está precisando neste momento”, refletiu Marisbela. “Com as nossas doações, os bancos de sangue estão sempre abastecidos. Nós estamos colaborando socialmente”, avaliou.

A campanha fez tanto sucesso que, no dia 6 de dezembro, um carro com doadores do TRF foi ao Hemocentro. O grupo se reuniu no estacionamento do Tribunal rumo a mais uma manhã de doações. “Nós fazemos de tudo para facilitar a vida dos nossos doadores. Por isso disponibilizamos um carro para levá-los ao Hemocentro, porque sabemos da dificuldade de achar vagas e como seria difícil para os que não têm carro irem até lá”, comentou Maria Ângela.

A prestadora de serviço no Setor de Limpeza, Carla Alves, doou sangue pela primeira vez. Ela foi incentivada a colaborar com a campanha por seu amigo Osmar Pereira, que também foi ao Hemocentro. “Eu doo sangue sempre, tenho até carteirinha de doador”,

afirmou Osmar, que é auxiliar judiciário na Corip.

Sobre a iniciativa dos organizadores de levar os funcionários do TRF ao Hemocentro, Osmar opinou. “É ótimo. Não precisamos enfrentar o trânsito”, avaliou o servidor. Osmar e Carla quiseram doar no dia em que a equipe do Hemocentro veio atender os funcionários do TRF, mas não conseguiram devido a grande procura que ocorreu no dia.

Para aqueles que têm interesse em doar sangue, o Hemocentro funciona de segunda a sábado, das 7h às 18h. É importante lembrar que é recomendado não ingerir bebidas alcoólicas 12 horas antes da doação, fazer repouso mínimo de 6 horas na noite anterior e evitar fumar por, pelo menos, duas horas antes de doar.

Antes de o sangue ser liberado para os bancos dos hospitais, são feitos exames para detectar doenças. Os resultados desses exames são enviados, pelo Hemocentro, para a casa do doador. ■

FEITO COM arte

# “Arte em

# Buriti"

▼ BRUNO BANDEIRA/ MC

A exposição Arte em Buriti, do artista plástico Daniel Soares, enfeitou o Espaço Cultural do TRF/ 1.ª Região. Quem passou pelo corredor principal pôde apreciar as obras do artista, que é natural do Piauí e radicado em Palmas/TO.

Daniel usa a técnica de talar o buriti, o que garante a expressividade do artesanato: "Para virar arte, o talo é cortado em diversos formatos, aproveitando sua casca e seu miolo para criar diversos efeitos de movimento, figurativos, onde o limite é a criatividade do artista".

O Espaço Cultural do TRF abrigou pela primeira vez a exposição do artista em Brasília. Por esta razão, Daniel preparou telas e painéis em diversos formatos e estilos, inclusive mandalas, para demonstrar algumas das possibilidades do rico material que o buriti oferece. ■

Contato: (63) 9265-2264.



FOTOS MAURO PUTINI



# Ação Civil de Extinção de Domínio *in rem*

O atual julgamento da Ação Penal n.º 470 pelo Supremo Tribunal Federal traz novamente à discussão um tema que tem sido recorrente: como recuperar os recursos desviados dos cofres públicos por agentes públicos inescrupulosos. Aliás, o bloqueio e perdimento de bens fruto de atividade ilícita é uma preocupação que ultrapassa as fronteiras nacionais não só porque representam uma forma de impedir o ganho por parte daqueles que vivem à margem do direito, mas, sobretudo, porque tais recursos realimentam o círculo vicioso da criminalidade, exponenciando os resultados de atividades tais como tráfico de drogas, armas e pessoas, jogo ilegal, corrupção e desvio de dinheiro público.

Num contexto mundial de busca ao intensivo combate à prática de lavagem de dinheiro, uma das ações recomendadas pelo FATF-GAFI (Força Tarefa de Ação Financeira – órgão intergovernamental cujo propósito é o desenvolvimento e promoção de políticas, em níveis nacionais e internacionais, para combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo) é a implementação, por parte das nações, de legislação que autorize a extinção civil de domínio *in rem* ou perda civil de bens.

A extinção civil do domínio ou perda civil de bens, no direito alienígena, é conceituada como a privação do direito de propriedade sem qualquer compensação a seu titular, em razão de aquela ter sido usada de maneira contrária às determinações legais do ente soberano.

Como tal instrumento ainda não existe no ordenamento jurídico brasileiro, a noção introdutória do instituto advirá do direito americano onde, de longa data, o perdimento civil *in rem* é bastante aplicado.

No particular, a Suprema Corte dos Estados Unidos delimitou o significado de perda civil de bens ao estabelecer que ela foi criada para confiscar propriedade usada em violação à

lei, sendo, pois, mais que uma compensação para o governo (United States vs. Ursery, 518 U.S. 267, 284 (1996)).

É dizer, a natureza jurídica do instituto conforma-se com uma compensação, uma reparação devida pelo proprietário ao Estado em razão de ter aquele usado ou permitido que usasse o bem objeto de perdimento contrariamente ao que estabelece o ordenamento jurídico que, em última instância, autoriza, legitima e protege o próprio exercício do direito à propriedade.

A perda civil de bens propicia, pois, a possibilidade de confisco, pelos órgãos de repressão à criminalidade, da propriedade usada para cometimento de ilícitos e obtida como produto de condutas ilegais, de forma que possa ser usada legalmente para combater essa mesma criminalidade.

Conceituado, pois, o instituto, é importante estabelecer que, indiscutivelmente, qualquer contração no exercício do direito de propriedade gera, em todos os ambientes democráticos, uma série de questionamentos de ordem legal e constitucional que deságuam no Poder Judiciário, última trincheira de defesa das liberdades constitucionalmente previstas.

Nos Estados Unidos, diversos foram questionamentos endereçados à Suprema Corte, dos quais, tratar-se-á dos três mais significativos para um exame superficial e introdutório a respeito de sua constitucionalidade.

Com esse fim, pois, indaga-se: afinal de contas, não seria a perda civil de bens porta aberta ao confisco indiscriminado dos bens dos particulares? Não seria o instituto a corporificação da dupla apenação em razão do mesmo fato ilícito? Poderiam provas ilícitas servir de base à perda civil, uma vez que sua decretação não está diretamente ligada à liberdade do indivíduo?

A essas perguntas a Suprema Corte dos Estados Uni-

dos respondeu por meio de uma série de julgados no seguinte sentido:

a) Quanto à primeira indagação, com o julgamento do caso *United States vs. Bajakajian*, 524 U.S. 321, U.S., 1998, os *standards* de avaliação a respeito da incidência ou não da limitação prevista na “oitava emenda” (que impede a aplicação de penas excessivas) determinaram que se deve levar em conta o princípio da proporcionalidade. A pedra de toque na avaliação a respeito da incidência ou não da limitação constitucional, pois, seria o cotejo entre o valor objeto de perdimento e a gravidade do ilícito praticado.

b) O questionamento a respeito da Quinta Emenda à Constituição Federal Norte-Americana, que trata da vedação de dupla punição em razão do mesmo fato, foi respondido esclarecendo-se que eram punições distintas, sendo que na ação de extinção civil do domínio *in rem* o proprietário era punido não em razão da ocorrência do ilícito em si, mas pelo mau uso da propriedade que fez ou permitiu que fosse feito.

c) Por fim, a Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso *Boyd vs. U.S.*, 116 U.S. 616, 1886, julgou que o governo não pode deixar de levar em conta os requisitos da Quarta Emenda, confiscando propriedade em um procedimento civil *in rem*. Por essa razão, o proprietário de bens sujeitos a perdimento civil, embora não seja réu, tem direito a todos os privilégios que uma pessoa processada por perdimento de sua propriedade tem quando o confisco ocorre em razão do cometimento do crime pelo proprietário.

Respondidos os principais questionamentos de ordem constitucional quanto ao tema, é importante frisar ainda que não há dados específicos em como as atividades criminosas são diretamente afetadas pela utilização do instituto.

Não obstante, o instrumento da divisão equitativa dos

bens objeto de perdimento federal ou “*the federal equitable sharing*” é prova inconteste da efetividade das ações civis de perdimento *in rem* como mecanismo de combate à criminalidade.

A importância do “*equitable Sharing*” para agências de repressão da criminalidade estaduais e locais pode ser medida pelo valor dos pagamentos feitos no ano fiscal de 2006, quando totalizaram US\$ 255.009.713,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, nove mil setecentos e treze dólares).

Embora não se possa aquilatar percentualmente e de forma direta quanto as organizações criminosas são afetadas pelas ações de perdimento civil *in rem* em suas atividades, não resta dúvida de que a divisão dos proventos do ilícito gera, de um lado, orçamento supletivo aos órgãos públicos para combate à atividade criminosa e, de outro, retira enormes quantias, ganhos da criminalidade que servem não só à estruturação e perpetuação da atividade ilícita, mas como estímulo à sua reiteração.

Demais disso, não se pode deixar de observar que a perda civil de bens é ferramenta essencial no combate à atividade criminosa nos Estados Unidos, e será no Brasil quando adotada, vez que atinge a maior razão da prática ilícita de organizações criminosas a ocorrência do lucro.

Por fim, cabe a observação, entretanto, de que a despeito da perda de bens não resolver todos os problemas relacionados à criminalidade no Brasil, certamente será uma excelente ferramenta com esse fim. ■

\*Juiz federal titular da 25.<sup>a</sup> Vara e vice-diretor do foro da seccional (biênio 2012-2014) da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

## AMAPÁ

### Advogados têm pedido de antecipação de tutela indeferido pela Justiça Federal

▼ POR EDGLEUMA BRAGA - SECOS/AP

O juiz federal substituto Mauro Henrique Vieira, da 2.<sup>a</sup> Vara de Macapá, rejeitou, no dia 29 de novembro, o pedido de antecipação de tutela formulado por alguns advogados contra a OAB/AP, objetivando direito a voto nas eleições da seccional mediante mero pagamento de anuidades em atraso até a data da eleição. Seriam interessados neste pedido os advogados que, mesmo depois do 30.<sup>o</sup> dia, continuaram inadimplentes com a OAB.

Os autores alegaram, em síntese, que não conseguiram pagar suas anuidades até o dia 30/10/2012, em razão de obstáculos criados intencionalmente por dirigentes atuais da OAB/AP, "posto que o atual vice-presidente da OAB é candidato a presidente em uma das chapas à eleição de 2012".

Aduziram, ainda, que "não poderia a OAB/AMAPÁ exigir que a anuidade dos advogados interessados em participar do pleito eleitoral na condição de eleitores fosse realizada até o dia 30 de outubro de 2012, primeiramente porque não há qualquer lei, provimento, resolução, regulamento, edital ou portaria prevendo essa exigência."

A decisão proferida no âmbito da Ação Ordinária n.º 5943-25.2012.4.01.3100 refutou todos os argumentos dos autores e baseou-se no art. 133, § 2.<sup>o</sup>, II, do Estatuto da Advocacia e da OAB, o qual estabelece que "no período de 30 (trinta) dias antes da data das eleições, a regularização da situação financeira de advogado perante a Tesouraria da OAB para torná-lo apto a votar" é vedada.

Além disso, tal medida visa, principalmente, assegurar o equilíbrio e a legitimidade do processo eleitoral no âmbito da OAB, pois essa norma restritiva foi editada "com o objetivo de conter a prática imoral e ilegal adotada em algumas seccionais dos candidatos pagarem as anuidades dos colegas em troca de seus votos".

Processo n.º 5943-25.2012.4.01.3100



INTERNET

## DISTRITO FEDERAL

### Justiça Federal mantém ato que suspende promoção da TIM Celular

▼ POR ALINE ALBERNAZ - SECOS/DF

O magistrado Flávio Marcelo Sérgio Borges, da 17.<sup>a</sup> Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, no Mandado de Segurança impetrado por Tim Celular S/A contra a Superintendência de Serviços Privados da Anatel, reafirmou o ato da Anatel de suspender a comercialização da promoção denominada "Infinity Day", da empresa telefônica Tim. O juiz federal lembrou, ainda, em sua decisão proferida no dia 17 de novembro, que o Brasil, apesar de ter a tarifa telefônica mais alta entre os 159 países que foram pesquisados pela União Internacional de Telecomunicações, faz número recorde de reclamações nos órgãos de proteção.

Processo n.º 56631-61.2012.4.01.3400



INTERNET



### VITÓRIA DE OBAMA

Ao subir no palco para seu discurso de vitória, em Chicago, o presidente Barack Obama conclamou o país à união. "Nesta noite, mais de 200 anos depois de uma ex-colônia ter ganhado seu direito de determinar seu próprio destino, a tarefa de aperfeiçoar nossa união segue adiante. E vai em frente por causa de vocês. Porque vocês reafirmaram o espírito que tirou este país da profundidade do desespero às mais elevadas esperanças".

O Estado de S. Paulo  
08/11/2012

### APAGÃO EM BUENOS AIRES

Três milhões de pessoas às escuras durante mais de quatro horas na capital. Um novo blecaute atingiu Buenos Aires durante o protesto, enfurecendo os moradores. Os apagões contribuíram para acirrar os ânimos. E longe de reconhecer que o país continua sem conseguir resolver uma crise energética confirmada por especialistas, o governo especulou com uma possível sabotagem, supostamente vinculada ao pannelo.

Yahoo! Notícias  
08/11/2012

### CRISE NO ORIENTE MÉDIO

O decreto de Mursi, presidente do Egito, desencadeou protestos de juízes, que entraram em greve e o acusaram de um "ataque sem precedentes contra o Judiciário", e da população. A Irmandade Muçulmana, partido de Mursi, espera substituir as polêmicas medidas de Mursi pela nova Constituição, que será aprovada por referendo público.

Globo.com  
29/11/2012

### BOLSA DECEPCIONA, MAS FUNDOS DA VALE LIDERAM APLICAÇÕES NO MÊS

No mês em que a Bolsa decepcionou e que os juros do governo desceram a 7,25%, os fundos de privatização que aplicam nas ações da Vale foram as melhores aplicações. Esses fundos subiram 4,62% seguindo a recuperação das ações da mineradora com as perspectivas de aumento no consumo e nos preços dos minérios em 2013. Os fundos de privatização englobam não só aqueles que aplicaram recursos do FGTS de trabalhadores, mas também os abertos a qualquer investidor. No ano, os fundos Vale ainda têm baixa de 1,9%. A boa notícia é que a inflação pelo IGP-M desacelerou de 0,97% para 0,02% de setembro para outubro, deixando as aplicações em renda fixa com ganho real. Mas o IPCA de outubro deve ficar em 0,56%, segundo o mercado. A chamada nova poupança rendeu 0,43% líquido em outubro, permanecendo imbatível para os pequenos aplicadores que pagam taxas de administração acima de 1% nos fundos dos bancos. Os fundos DI renderam apenas 0,53% bruto de 0,41% a 0,45% líquido dependendo do prazo do resgate e do Imposto de Renda.

Folha de S. Paulo  
01/11/2012

### PRISÃO ESPECIAL NÃO SE APLICA AOS CONDENADOS DO MENSALÃO, DIZ BARBOSA

O relator do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, afirmou não haver mais espaço para o benefício de prisão especial para os condenados no julgamento. Ele explicou que esse tipo de prisão apenas cabe nos casos em que se dá a prisão provisória. Ele se recusou a falar especificamente de pessoas julgadas no processo.

Hoje em Dia – Online  
13/11/2012

### POLÍTICOS CONDENADOS NO MENSALÃO FICAM FORA DA POLÍTICA PELO MENOS ATÉ 2025

As penas impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra seis políticos condenados no julgamento do mensalão vão tirá-los do cenário político pelo menos até o ano de 2025, com base na lei complementar 135/2010, a lei da Ficha Limpa. Isso porque, por essa legislação, além de cumprir o tempo de prisão, os réus condenados ainda serão obrigados a cumprir mais oito anos de inelegibilidade.

Último Segundo – IG  
27/11/2012



## AVIGNON

**AVIGNON É CONHECIDA COMO A CIDADE DOS PAPAS. NÃO POR ACASO, ENQUANTO NAVEGÁVAMOS PELA RIVIERA FRANCESA NO MAR MEDITERRÂNEO, UM FORTE MISTRAL NOS OBRIGOU A ATRACAR NUMA MARINA NO PORTO DE MARSEILLE. A MUDANÇA DE ROTA MOTIVOU-ME A CONHECER AVIGNON, QUE HÁ MUITO DESEJAVA EM FUNÇÃO DO SEU RELEVANTE VÍNCULO COM A RELIGIÃO CATÓLICA. EXPERIÊNCIA QUE COMPARTILHO COM VOCÊ NESTA EDIÇÃO.**

▼ EUVALDO PINHO\* / MC

Em terra, alugamos um carro e seguimos para Avignon, que é conhecida por seus campos de lavanda, gastronomia e vinhos de excelente qualidade, como o “Chateaneuf du Pape”. Na estrada, o perfume das flores me lembraram a época de menino, quando minha mãe, D. Lucy, se zangava comigo por preferir os perfumes artesanais de lavanda feitos pela minha avó, dispensando os outros tão mais caros que ela fazia questão de comprar. Emocionante resgatar em minhas lembranças esse momento da minha história.

No caminho, o Chateau des Fines Roches, que foi transformado em hotel em 1974, dá sinais de sua imponência e beleza. Os jardins de ciprestes e as vinhas verdejantes são simplesmente uma bela surpresa!

Após dez quilômetros de paisagens e uma pequena pausa para degustar, em Chateaneuf du Pape, o “vinho dos papas”, chegamos a Avignon. A ponte de São Benezet sobre o rio Rhône, mais conhecida como ponte d’Avignon, nos dá as boas-vindas. Caminhamos por entre as ruelas de pedra históricas, visitamos o museu do Petit Palais e a catedral da cidade, Notre-Dame-des-Doms. Construída no

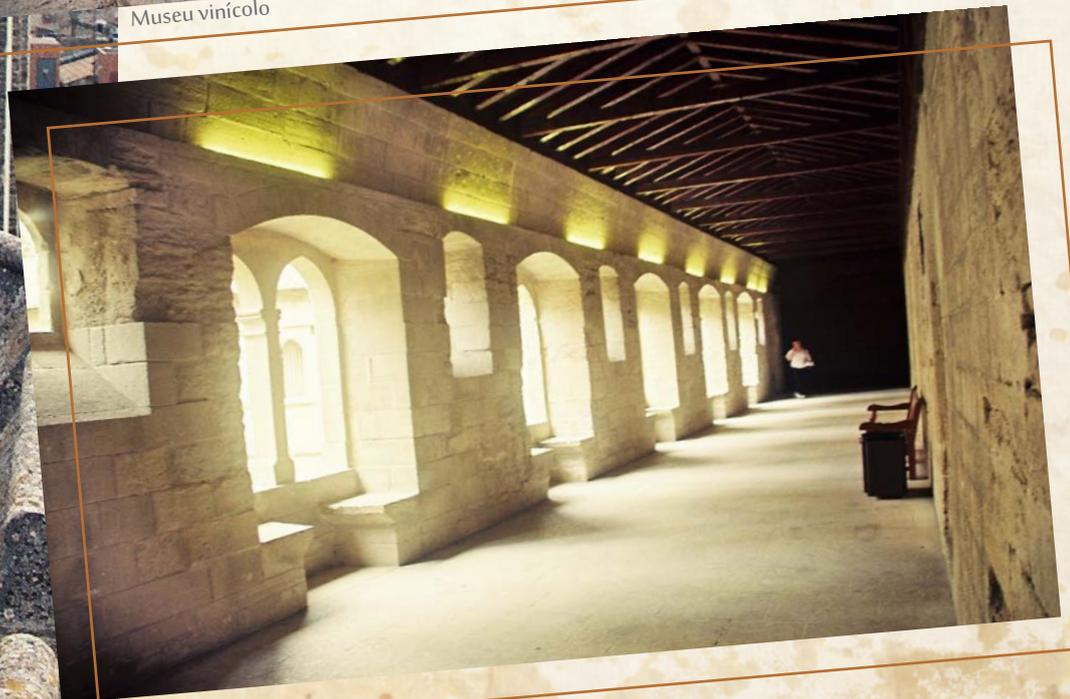




Chateau des Fines Roches



Museu vinícola



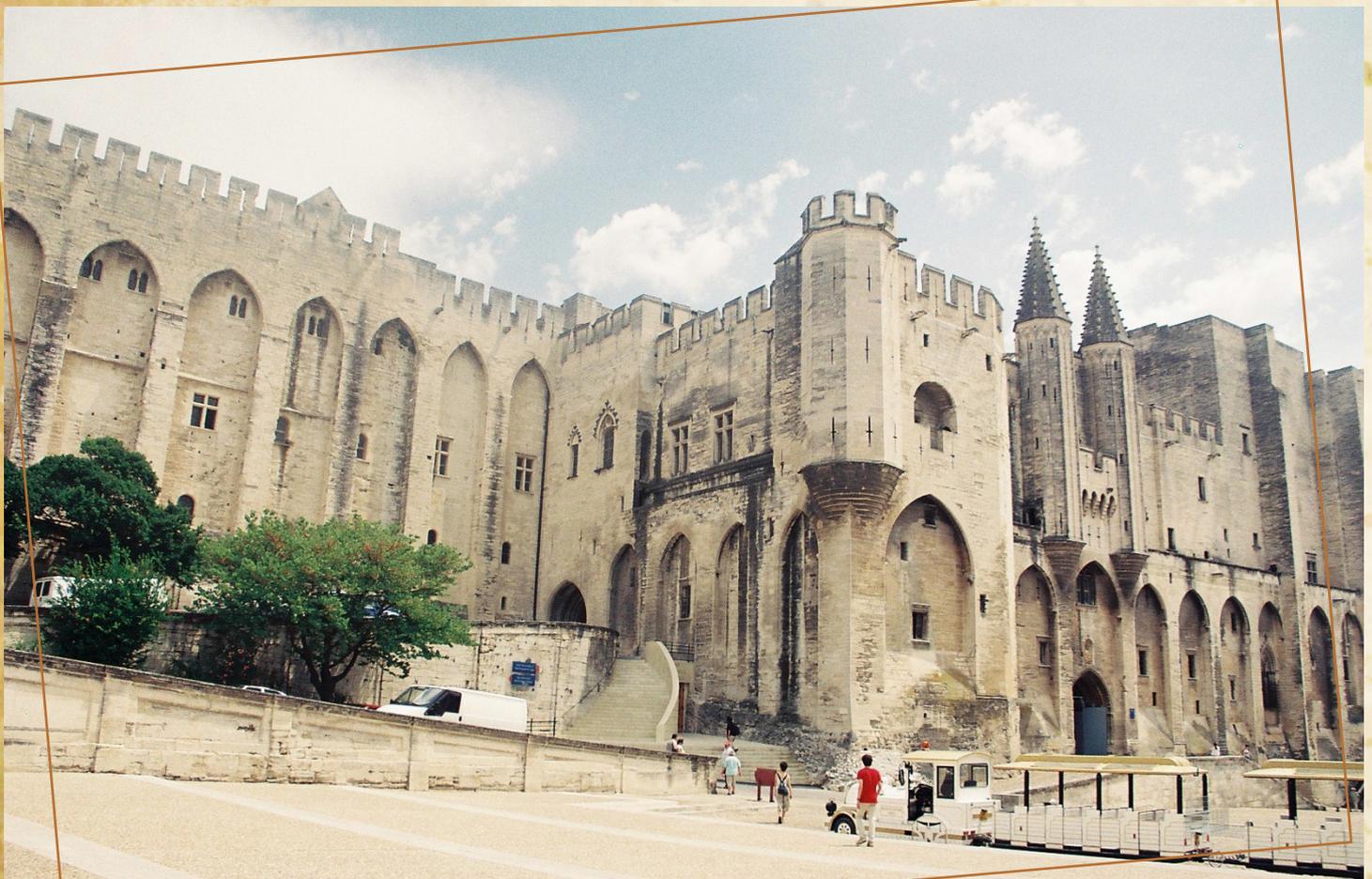
Claustro



Brasão do Palácio



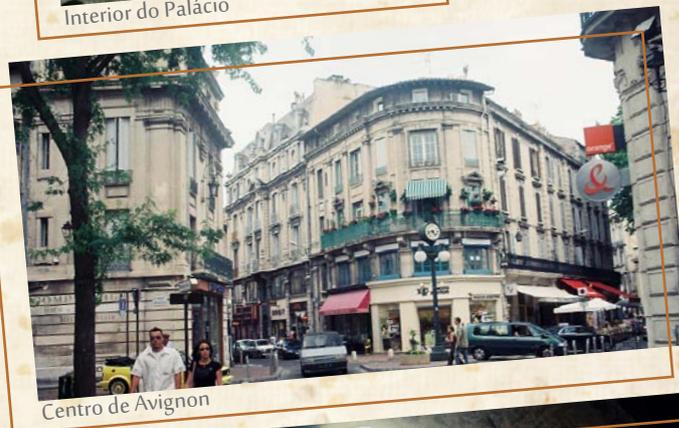
Jardim



Palais des Papes



Interior do Palácio



Centro de Avignon



Visão partida

Século XII, a catedral tem uma estátua de metal dourado da Virgem Maria com seis metros de altura e quatro mil e quinhentos quilos. Localizada no alto da torre, a estátua pode ser vista de qualquer canto da cidade.

Chegamos então ao “*Palais des Papes*” (Palácio dos Papas), conhecido como o maior palácio gótico do mundo – levou 32 anos para ser construído. Foi residência de pontífices entre os anos 1305 a 1403, quando a sede papal foi transferida para o Vaticano. Chamou-me a atenção o profundo respeito dos visitantes e o silêncio do lugar, quebrado apenas pelas explicações dos guias.

Depois dos passeios, fomos experimentar as guloseimas e pratos da culinária provençal ricos em aromas, temperos e muito charme. Em excesso, são convidativos para o desequilíbrio da dieta. Logo após o “banquete”, visitamos mercearias e a feira livre para reabastecermos a despensa de bordo. E como tudo que é bom pode durar mais, prometemos voltar um dia. Até a próxima! ■

\*Eivaldo Pinho é servidor aposentado e colaborador da editoria  
Fotos e legendas do autor



Sobre pedras



# Mais de 30% dos brasileiros não conhecem o glaucoma

DOENÇA PODE CAUSAR CEGUEIRA IRREVERSÍVEL

▼ CAMILLA ANDRADE

Pesquisa recente do Ibope registra que 36% dos brasileiros nunca foram ao oftalmologista, nem ouviram falar do glaucoma. O número é preocupante, porque a prevenção, por meio de visitas regulares ao médico, é um fator determinante para que a doença não alcance um estágio irreversível. O glaucoma atinge, hoje, cerca de um milhão de brasileiros.

A Sociedade Brasileira de Glaucoma (SBG), preocupada com o aumento da doença no país, encomendou a pesquisa – divulgada em 12 de setembro, no XX Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira e Reabilitação Profissional. A mostra, feita em junho deste ano, reuniu 2.002 entrevistas em todo o Brasil.

Além do desconhecimento sobre o tema, 22% dos

entrevistados demonstraram não saber em que parte do corpo a doença se manifesta. O diretor da SBG, Cristiano Caixeta, acrescenta que outros aspectos sobre a doença também são desconhecidos. “No decorrer da pesquisa, ficou claro o desconhecimento de fatores de riscos para a doença como hereditariedade, etnia e idade. Todos estes aspectos poderiam atuar de forma positiva para a população. Através do conhecimento do maior risco de desenvolver a doença, maior seria a busca por exames oftalmológicos periódicos e, portanto, maior a chance de diagnóstico precoce”, afirma.

Pouco perceptível, o glaucoma não mostra sintomas na fase inicial. A doença é resultado do dano no nervo óptico provocado pela pressão intraocular elevada. Quando em

fase avançada, há uma diminuição do campo de visão periférica. As chances de desenvolver o glaucoma são maiores com uma idade mais avançada. Um dos aspectos que mais preocupou a SBG. Dados da pesquisa registraram que mais de 60% dos entrevistados com mais de 40 anos, faixa etária de maior incidência da doença, acreditam que a cegueira causada pelo glaucoma pode ser revertida. “A cegueira é irreversível. O glaucoma é uma doença que não tem cura, porém pode ser controlada, evitando assim a cegueira”, destaca Caixeta.

A intenção da pesquisa foi traçar um perfil da população em relação à doença, para que as políticas públicas sobre o tema sejam direcionadas de maneira efetiva. É o que acredita Caixeta. “Certamente com estes dados seria mais fácil mobilizar a opinião pública e os órgãos competentes para desenvolver atividades pró-ativas no sentido de educar, conscientizar e tratar os portadores de glaucoma”.

Hoje, a SBG realiza em São Paulo, todos os anos no mês de maio, ações com o intuito de esclarecer e informar

a população sobre a doença. Geralmente, as campanhas acontecem em locais de grande circulação, como estações de metrô e hospitais. Mesmo que pequenas, a SBG garante que as ações têm um grande impacto no diagnóstico e na prevenção da cegueira causada pelo glaucoma.

Investir em campanhas e projetos que impeçam o avanço da doença é fundamental até para a economia do país. Segundo Caixeta, o custo sociopolítico e econômico desta doença atinge cifras importantes na saúde de um país. E se não for feito nada, as estimativas se concretizam. A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que, até 2020, 80 milhões de pessoas terão glaucoma. Hoje, o organismo internacional registra mais de 60 milhões em todo o mundo.

Aquele famoso clichê “consulte um médico regularmente”, cabe muito bem a esse caso. No entanto, aumentar o acesso da população aos serviços oftalmológicos também é de extrema importância para impedir que esse mal se alastre. ■

## TRATAMENTO

**Se o glaucoma for detectado na fase inicial, o tratamento é feito apenas com colírios e comprimidos. No entanto, por via oral, muitos pacientes têm pouca tolerância e apresentam efeitos colaterais. O comprimido é mais indicado para portadores que não tiveram êxito com a utilização do colírio, ou seja, não houve a diminuição da pressão intraocular.**

**Os pacientes que tomam comprimidos podem evitar os efeitos colaterais aumentando o consumo de alimentos que contenham potássio, como frutas secas, agrião, banana, batata, entre outros.**

**Quando o glaucoma atinge estágios mais avançados, o tratamento cirúrgico é a única alternativa. Porém, depois da cirurgia, o paciente ainda deve continuar com o uso de medicamentos.**

**Existe um procedimento ainda mais invasivo: a Cirurgia de Incisão. Nela, o médico cria um novo sistema de drenagem para o olho. O resultado é uma pressão intraocular muito reduzida. Quando cicatriza, o portador não precisa mais usar colírios. Depois do procedimento, mais de 75% dos pacientes passam a ter uma pressão ocular mais controlada.**

**\*Fonte: sítio da SBG ([www.abrag.org.br](http://www.abrag.org.br))**



# TRF-1: INTERIORIZAÇÃO E A NOVA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

A Justiça Federal brasileira passa por intenso processo de interiorização no País. Esse novo fenômeno está respaldado pela Lei n.º 12.011/09, que criou novas varas federais, específicas para o interior do país, as quais estão sendo instaladas de acordo com cronograma estabelecido pelo Conselho da Justiça Federal e pelos cinco TRFs brasileiros.

Essa interiorização significa que, além da atuação consolidada nas capitais e nas grandes cidades da Federação, a Justiça Federal passa a atuar em médios e até pequenos municípios brasileiros. É um processo que implica concretizar, cada vez mais, o que diz a Constituição, proporcionando ao povo maior possibilidade de seu exercício de cidadania.

No bojo desse processo de interiorização, cite-se a PEC n.º 544/02 (novos tribunais regionais) e o PL n.º 1.597/11 (cargos específicos de juiz federal de juizados) etc. Registre-se a recém-promulgada Lei n.º 12.665/12, que criou 225 (duzentos e vinte e cinco) cargos de juiz de turmas recursais de juizados federais.

Ao participar da instalação da Vara Federal de Oiapoque/AP, o min. Ari Pargendler, então presidente do STJ, disse à Revista Consulex, edição de 15.05.12, que “O que sobreleva este acontecimento é que o Estado brasileiro amplia sua presença naquela fronteira e suas ações estratégicas na região.... Creio que aquela fronteira é uma das mais emblemáticas e estratégicas para nossa Nação, por ser com um país que compõe a União Europeia. Para o Judiciário da União, esta fronteira não é somente histórica. Neste mundo de economia globalizada, precisamos ter visão mais aguçada...”.

Diante dessa nova realidade estrutural, não se pode olvidar do principal elemento desta gigantesca máquina judiciária, o elemento humano: magistrados e servidores, pois, sem o elemento humano, nada funciona.

Quanto aos magistrados, o desembargador federal Kasio Marques, presidente da Comissão Permanente de Magistrados da 1.ª Região, em entrevista ao periódico “Primeira

Região em revista”, edição de 21.03.12, demonstrou grande preocupação, ao ressaltar que: “Sem dúvida, é particularmente preocupante a situação do magistrado que atua em região de fronteira”. E acrescentou: “A Justiça Federal da 1.ª Região possui algumas varas localizadas em zonas de fronteira. Como é a atuação dos magistrados nessas áreas? A situação deles é preocupante...”.

Quanto aos servidores, a situação não é diferente. Por terem agora de trabalhar nesses distantes rincões, pesam-lhes questões como: sentimento de isolamento, lugarejos de difícil acesso, precário atendimento médico-hospitalar, ausência quase que total de cultura, lazer e educação, carência, impossibilidade em levar a família consigo, infraestrutura precária, constantes faltas de energia, internet intermitente, enfim.

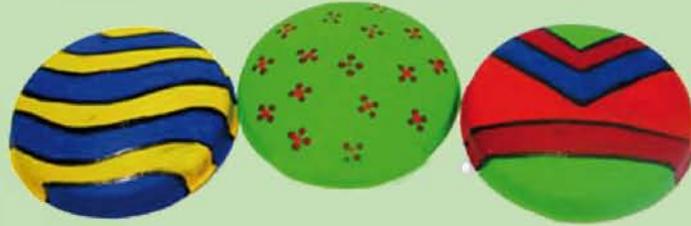
Diante desse novo cenário de interiorização, o TRF-1 e seu departamento de Recursos Humanos deverão compartilhar experiências com outros órgãos que as possuem há mais tempo, como, p. ex., a Receita Federal, a Polícia Federal e Rodoviária, pois magistrados e servidores que labutam em Tabatinga/AM, em Oiapoque/AP, p. ex., não podem ser tratados funcionalmente como os que trabalham em Brasília/DF, em Manaus/AM, em São Luís/MA, Belo Horizonte/MG.

Tais agentes públicos necessitam de regras de recursos humanos específicas, de treinamentos profissionais específicos, de critérios diferenciados de contagem de tempo para fins de remoção, de ajudas de custo e/ou adicionais de fronteira, de condições de trabalho apropriadas, tanto para facilitar as ações funcionais e a prestação jurisdicional nessas faixas de fronteira, como para motivar outros que porventura sejam convocados a servir ali pelo tempo que for definido nas resoluções da Corte. ■

\*Analista judiciário, área judiciária, da SSJ de Oiapoque/AP, e presidente da Asfron1 – Associação dos Servidores das Varas Federais de Fronteira da 1.ª Região.

# Eu faço a diferença RECICLANDO.

Faça seu ímã com  
latinhas de alumínio



Reaproveite as latinhas de alumínio para fazer ímãs personalizados que você pode colocar onde quiser.

## Materiais necessários:

Latinha de alumínio, Primer para metais, tesoura, tinta para artesanato PVA ou tinta látex, lixa e ímã.



## Modo de fazer:

- 1 – Com a tesoura, corte a latinha retirando a parte do fundo, que é mais ovalada. Acerte as bordas;
- 2 – Passe uma esponja de aço ou uma lixa nas bordas;
- 3 – Dê uma demão de Primer com o pincel e espere secar;



- 4 – Em seguida, pinte com a cor de sua preferência e enfeite como desejar;
- 5 – Com a cola quente, cole um ímã na parte de trás.

Fonte: [www.sonholilas.com.br](http://www.sonholilas.com.br)



Praça dos Tribunais Superiores  
SAS, Quadra 2, Bloco A  
CEP: 70095-900  
Brasília - Distrito Federal  
[primeiraregioemrevista@trf1.jus.br](mailto:primeiraregioemrevista@trf1.jus.br)  
[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)